



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Mestrado em Arquitetura Paisagista
RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

Projetos de Arquitetura Paisagista, Gestão e Manutenção de
Espaços Abertos Públicos

Maria Teresa Dias Cordeiro Féria

Orientadora

Prof. Doutora Maria da Conceição Martins Lopes de Castro

Julho 2013

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Mestrado em Arquitetura Paisagista
RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

Projetos de Arquitetura Paisagista, Gestão e Manutenção de
Espaços Abertos Públicos

Maria Teresa Dias Cordeiro Féria

Orientadora

Prof. Doutora Maria da Conceição Martins Lopes de Castro

Julho 2013

Agradecimentos

À Professora Dr.^a Maria da Conceição Castro pela orientação, apoio e ensinamentos prestados.

A todos os colegas e próximos que de alguma forma me apoiaram.

Resumo

Síntese Curricular

Licenciada em Arquitetura Paisagista pela Universidade de Évora em 1991.

Curso de Gestão Pública na Administração Local – GEPAL, nível V de formação, abril 2011, Fundação CEFA.

Iniciou o percurso profissional na Câmara Municipal de Lisboa em 1991, onde prestou serviço como técnica superior até 2003.

De 2003 até 2013 deu continuidade ao seu percurso profissional na Câmara Municipal de Évora onde desempenhou funções como técnica superior, de 2007 a 2012, como chefe da Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental, e de dezembro de 2012 até à presente data, como chefe da Divisão de Ambiente e Espaços Públicos.

Desenvolveu a atividade profissional liberal entre os anos 1991 e 2003, no âmbito do Projeto e do Ordenamento do Território.

Atribuições honrosas: Prémio VALMOR atribuído em 2005 ao Parque Urbano da Quinta das Conchas e dos Lilazes.

Projetos de Arquitetura Paisagista, Gestão e Manutenção dos Espaços Abertos Públicos Urbanos

Este relatório centra-se na temática do espaço aberto público urbano, área onde a licenciada ganhou maior experiência e conhecimento, na sua importância para a cidade, do projeto de arquitetura paisagista à sua gestão e manutenção. Assinala dois períodos distintos, o primeiro referente à atividade desenvolvida na Câmara Municipal de Lisboa, sobre o Projeto de Espaços Abertos e o segundo referente à atividade desenvolvida na Câmara Municipal de Évora sobre a Gestão e Manutenção dos Espaços Abertos, na cidade.

Sobre as funções exercidas e principais atividades desenvolvidas na Câmara Municipal de Lisboa citam-se projetos para diferentes espaços da cidade de Lisboa onde estão patentes as linhas de intervenção determinantes em função das características e potencialidades do local.

Relativamente às funções exercidas e principais atividades desenvolvidas na Câmara Municipal de Évora, refere-se a natureza do trabalho efetuado e expõem-se considerações que visam contribuir para uma gestão sustentável dos espaços verdes da cidade.

Abstract

Curricular synthesis

Degree in Landscape Architecture by the University of Évora in 1991.

Course in Public Management in Local Government - GEPAL, V level formation, in april 2011, CEFA Foundation.

The professional career began at Lisbon City Hall in 1991, where service was provided until 2003 as a superior technique.

From 2003 until 2013, her career continued in the Municipality of Évora where she worked as a superior technique, from 2007 to 2012, as head of the Division of Landscape and Environmental Quality, and from december 2012 to date, as head Division of Environment and Public Spaces.

Developed work in liberal occupation between 1991 and 2003 under the Project and Regional Planning.

Honorable awards: VALMOR Prize awarded in 2005 to the Urban Park “Quinta das Conchas e dos Lilazes”.

Landscape Architecture Projects, Management and Maintenance of Public Open Spaces

This report focuses on the theme of urban public space, where the graduated got more experience and knowledge on the importance of open spaces in the city, from its project to its management and maintenance. It also points out two distinct periods, the first one referring to the activity performed in the Municipality of Lisbon, on the Open Spaces project and the second one relating to the activity performed in the Town Hall of Évora on the Management and Maintenance of Open Spaces, the urban public.

About the functions performed and main activities in the Municipality of Lisbon, are referenced projects from different spaces of the city where the characteristics and potentialities of the local determined different lines of intervention.

With regard to the duties performed and main activities in the Municipality of Évora, is referred the nature of the realized work and some considerations are exposed aiming to contribute to sustainable management of vegetation in the open spaces of the city.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Síntese Curricular	iii
Projetos de Arquitetura Paisagista, Gestão e Manutenção dos Espaços Abertos Públicos Urbanos	iii
Abstract	iv
Curricular synthesis	iv
Landscape Architecture Projects, Management and Maintenance of Public Open Spaces	iv
Lista de Siglas e Acrónimos	viii
Índice de Figuras	ix
Introdução e Apresentação do Tema.....	1
Relatório	3
Capítulo I - Período de 1991 a 2003 – Câmara Municipal de Lisboa.....	4
1.1 Funções Exercidas e Principais Atividades Desenvolvidas	4
1.2 Projetos de Arquitetura Paisagista.....	4
1.2.1 Quinta das Conchas e dos Lilazes.....	6
1.2.2 Urbanização Quinta dos Inglesinhos - Alameda Roentgen.....	13
1.2.3 Quarteirão e Jardim Mahatma Gandhi	17
1.2.4 Rua Mário Sampaio Ribeiro	22
1.2.5 Mesquita de Lisboa	25
1.2.6 Talude Amílcar Cabral	27
1.2.7 Avenida de Roma – Praceta nºs 68 a 74	29
1.2.8 Quinta do Lambert.....	30
1.2.9 Espaços Exteriores do Edifício da Cerci em Lisboa	32
1.3 Elaboração de Estudos	34
1.3.1 Plano de Arborização de Lisboa – PAL	34
1.4 Apreciação de Estudos e Projetos	36
1.5 Pareceres e Informações.....	37
1.6 Apoio a Atividades de Sensibilização Ambiental.....	40
1.7 Profissão Liberal	41
Capítulo II - Período de 2003 a 2013 – Câmara Municipal de Évora.....	45
2.1 Funções Exercidas e Principais Atividades Desenvolvidas	45
2.2 Competências e Organização Funcional da Divisão	45
2.3 Espaços Abertos Urbanos – Vegetação e Qualidade de Vida	49

2.3.1 A Estrutura Ecológica Urbana	51
2.3.2 A Estrutura Ecológica da Cidade de Évora	52
2.4. Gestão e Manutenção dos Espaços Verdes Públicos	54
2.4.1. Gestão dos Espaços Verdes	54
2.4.2 Manutenção dos Espaços Verdes	57
2.5 Sustentabilidade da Manutenção	67
2.6 Os Espaços Verdes em Évora.....	70
Considerações Finais	80
Referências Bibliográficas	83
Curriculum Vitae.....	86
1 - Identificação.....	88
2 – Percurso Académico.....	88
3 – Atividade Profissional	88
3.1 - Cargos Desempenhados, Entidade Empregadora	88
3.2 - Experiência Técnica - Profissional	89
3.2.1.Câmara Municipal de Évora	89
3.2.2.Câmara Municipal de Lisboa	90
4 – Prémios ou Distinções Recebidas	97
5 – Comissões, Representações ou Participações	97
5.1 – Câmara Municipal de Évora.....	97
5.2 – Câmara Municipal de Lisboa	100
6 - Tarefas de Coordenação e Representações	101
7 - Cursos de Formação Profissional.....	101
8 - Seminários e Congressos	103
9 - Experiência como Profissional Liberal	105
9.1 – Atelier “Luis Cabral”	105
9.2 – A Título Individual.....	107

Lista de Siglas e Acrónimos

Referentes à orgânica da Câmara Municipal de Lisboa:

CML - Câmara Municipal de Lisboa

DAEP – Departamento de Ambiente e Espaços Verdes

DEP – Divisão de Estudos e Projetos

DEV – Departamento de Espaços Verdes

DMAEV – Direção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes

DMAU – Direção Municipal de Ambiente Urbano

DP – Divisão de Projetos

DPEV – Divisão de Projetos de Estrutura Verde

Referentes à orgânica da Câmara Municipal de Évora:

DAEP – Divisão de Ambiente e Espaço Público

DAQ – Departamento de Ambiente e Qualidade

DEUA – Divisão de Equipamento Urbano e Ambiente

DEVQA – Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental

DOTA – Departamento de Ambiente do Território e Ambiente

Geral:

CEFA – Fundação para os Estudos e Formação Autárquica

CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados

DGD – Direção Geral dos Desportos

EDP – Energias de Portugal

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, (grupo águas livres)

EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

GEPAL – Curso de Gestão Pública na Administração Local

PDM – Plano Diretor Municipal

PORA – Programa Operacional da Região Alentejo

PUAL – Plano de Urbanização do Alto do Lumiar

SGAL – Sociedade Gestora do Alto do Lumiar

UE – Universidade de Évora

Índice de Figuras

Figura 1 - Quinta das Conchas e dos Lilazes, Nave Central a Jusante.....	6
Figura 2 - Quinta das Conchas e dos Lilazes, Plano Geral (sem escala).....	8
Figura 3 - Quinta dos Inglesinhos, Estudo Funcional da Urbanização (sem escala).....	13
Figura 4 - Alameda Roentgen, Plano Geral (sem escala).....	14
Figura 5 - Alameda Roentgen, Vista para Este	15
Figura 6 - Alameda Roentgen, Vista para Oeste	16
Figura 7 - Jardim Mahatma Gandhi, aula de ginástica	17
Figura 8 - Jardim Mahatma Gandhi, Plano Geral (sem escala).....	18
Figura 9 - Jardim Mahatma Gandhi, Estátua do casal Gandhi	19
Figura 10 - Quarteirão Mahatma Gandhi, Estudo Prévio (sem escala).....	21
Figura 11 - Rua Mário Sampaio Ribeiro, Plano Geral (sem escala)	22
Figura 12 - Mesquita de Lisboa - Projeto de Enquadramento, Plano Geral (sem escala).....	25
Figura 13 - Talude Amílcar Cabral, Plano Geral (sem escala).....	28
Figura 14 - Av. de Roma - Praceta n.ºs 68 a 74, Plano Geral (sem escala).....	29
Figura 15 - Quinta do Lambert, Estudo Prévio (sem escala).....	30
Figura 16 - Espaços Exteriores ao Edifício da Cerci, Plano Geral (sem escala).....	32
Figura 17 - S. Miguel das Encostas, imagem do existente	41
Figura 18 - S. Miguel das Encostas, estudo de análise (sem escala).....	42
Figura 19 - S. Miguel das Encostas, Plano Geral (sem escala)	43
Figura 20 - Estrutura Ecológica Urbana da Cidade de Évora (sem escala).....	54
Figura 21 - Espaços Verdes Públicos da Cidade de Évora. (sem escala).....	70
Figura 22 - Espaços Verdes Públicos e Estrutura Ecológica da Cidade de Évora (sem escala)	71

Introdução e Apresentação do Tema

O presente relatório, para obtenção do grau de mestre no âmbito do programa “Vale a Pena Ser Mestre”, pretende expor de forma sucinta o trabalho desenvolvido durante a carreira profissional da licenciada, de 1991 a 2013.

A carreira profissional, que iniciou em 1989 como estagiária num atelier de Arquitetura Paisagista, em regime de profissão liberal, desenvolveu-se posteriormente enquanto técnica superior a desempenhar funções na Divisão de Projetos da Câmara Municipal de Lisboa (DP, DPEV e DEP) e mais recentemente na Câmara Municipal de Évora como técnica e como Chefe de Divisão dos Espaços Verdes e Qualidade Ambiental, atual Divisão de Ambiente e Espaços Públicos da Câmara Municipal de Évora.

Na Câmara Municipal de Lisboa desempenhou como funções principais a de projetista e de avaliação técnica de projetos de Arquitetura Paisagista.

Na Câmara Municipal de Évora desempenhou funções de técnica e, como chefe da DEVQA, atual DAEP, a função de dirigente responsável pela gestão e manutenção dos espaços verdes na cidade.

As duas áreas de intervenção, projeto de espaços abertos e sua manutenção, nomeadamente dos espaços verdes, não só dispõem da óbvia inter-relação, como se complementam e, fundamentalmente, se sedimentam. O trabalho em cada uma destas áreas cede ao técnico um conhecimento que permite entender e trabalhar melhor a outra área e vice-versa, assumindo uma atitude mais consciente e respeitadora do espaço.

O relatório organiza-se em duas partes. A primeira parte é constituída pelo relatório propriamente dito que se organiza em dois capítulos. Na segunda parte é apresentada a descrição detalhada do *curriculum vitae*. Num segundo volume, constam os anexos.

O Capítulo I refere as funções exercidas e principais atividades desenvolvidas no período de 1991 a 2003, na Câmara Municipal de Lisboa. Citam-se projetos para diferentes espaços da cidade de Lisboa onde estão patentes as linhas de intervenção determinantes em função das características e valências dos espaços intervencionados.

O Capítulo II refere as funções exercidas e principais atividades desenvolvidas no período de 2003 a 2013, na Câmara Municipal de Évora. Apresenta-se, sumariamente, o

trabalho efetuado e expõem-se considerações que visam contribuir para uma gestão sustentável da vegetação em espaços abertos da cidade.

Relatório

Parte I

Capítulo I - Período de 1991 a 2003 – Câmara Municipal de Lisboa.

1.1 Funções Exercidas e Principais Atividades Desenvolvidas

De 1991 a 2003 a licenciada prestou serviço na Câmara Municipal de Lisboa como técnica superior licenciada em arquitetura paisagista, na divisão com competências ao nível do projeto de arquitetura paisagista que, por força de reestruturas internas, registou diferentes designações: de 1991-95 Divisão de Projetos /Departamento de Espaços Verdes, de 1995-2002 Divisão de Projetos de Estrutura Verde/Departamento de Ambiente e Espaços Verdes, de 2002 –03 Divisão de Estudos e Projetos/Departamento de Ambiente.

Efetuiu diferentes atividades, das quais se destacam:

- Elaboração de Estudos e Projetos, promovidos pela autarquia, a implementar em espaço público urbano;
- Apreciação de Estudos e Projetos propostos pela iniciativa privada, sujeitos à aprovação municipal;
- Elaboração de Pareceres e Informações, relativas a situações verificadas no espaço público, apresentando propostas de intervenção a promover pelo município e/ou sobre por iniciativa privada;
- Apoio a Atividades de Sensibilização Ambiental;
- Representação da Divisão em grupos de trabalho ou comissões.

1.2 Projetos de Arquitetura Paisagista

As cidades são espaços dinâmicos, em permanente alteração resultante da interação económica, social, política e cultural. Esta dinâmica exige, por parte das entidades gestoras, atitudes de coordenação e promoção de ações, orientando as dinâmicas da cidade na obtenção do bem público comum, nomeadamente fazendo cumprir com as regras e premissas salvaguardadas nos planos e legislação em vigor, considerados a nível municipal, nacional e internacional, sobretudo no que respeita a questões ambientais.

Na área da arquitetura paisagista, as intervenções designam programas e projetos que visam a requalificação ou reabilitação funcional de determinado local ou zona da cidade. A intervenção ocorre sobre um espaço preexistente, onde se pretende retomar, alterar ou acrescentar condições de viabilidade a usos e funções específicas que, no local, se reconheçam como importantes. Mantendo a diretriz constante de garantir as condições de

qualidade e promover a sustentabilidades dos espaços abertos, e da cidade em geral, cada espaço intervencionado deve, porém, dar resposta a questões específicas que decorrem da sua localização concreta e suas características intrínsecas.

A execução do projeto exige o reconhecimento do local, com base no levantamento topográfico, cadastral e de todas as infraestruturas, observação da vivência e necessidades da população residente, assim como da verificação de planos ou diretrizes aí aplicáveis. Deve incluir igualmente a consulta a todas as entidades que, de alguma forma, tenham responsabilidade ou ação no espaço em causa.

Na conceção do espaço consideraram-se vários aspetos, nomeadamente: funcionais, ecológicos e estéticos, de exequibilidade, orçamentais e ainda, de extrema importância, os aspetos de conservação e manutenção.

Dos projetos elaborados constou sempre o Estudo Prévio ou Programa Base, sujeito à aprovação superior e apresentado à respetiva Junta de Freguesia. Posteriormente, seguia-se a elaboração do projeto de execução que, devidamente acompanhado da estimativa orçamental, era igualmente sujeito à aprovação superior.

Após estes trâmites, o processo seguia para execução da obra.

Compete também aos projetistas acompanhar a obra no sentido de prestar esclarecimentos ou completar informações consideradas necessárias para a correta execução da mesma.

Os projetos que aqui se referem corresponderam a diferentes contextos urbanos, diferentes áreas e escalas de trabalho, determinando a utilização de diferentes procedimentos e formas de abordar o “estudo”.

Os três primeiros projetos que se apresentam são referentes a espaços de recreio de uso público. Na sua exposição inclui-se fotografia atual acedida através do “Google imagens”.

A uniformização nos critérios de apresentação dos projetos selecionados foi a possível, de acordo com os elementos atualmente disponíveis para consulta.

1.2.1 Quinta das Conchas e dos Lilazes



Figura 1 - Quinta das Conchas e dos Lilazes, Nave Central a Jusante (fonte: <http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=4108>)

Trata-se de um espaço de recreio (figura 1) com uma área aproximada de 25 ha, na freguesia do Lumiar, à Alameda das Linhas de Torres. Resultante da junção de duas quintas contíguas que datam do séc. XVI: a Quinta dos Lilazes, de carácter intimista onde o jardim surgia como um prolongamento da habitação, e a Quinta das Conchas, que inclui um amplo espaço de declive suave, percorrido por uma linha de água e a zona da mata.

O estudo iniciou-se em 1991¹. À data, a Câmara de Lisboa pretendia implementar no Lumiar algumas atividades desportivas, ponderando-se a sua instalação na Quinta das Conchas. Avaliado o espaço, verificou-se que aí se poderiam promover uma série de atividades recreativas.

Porém as quintas não ofereciam as melhores condições, quer ao nível da manutenção e conservação, quer ao nível da segurança e vigilância. À exceção do grande relvado a jusante da quinta das Conchas, o espaço funcionava como zona de acesso à Musgueira Sul. Se a zona a montante da quinta das Conchas e a respetiva mata constituíam interessantes elementos de estudo, pela riqueza de espécies vegetais, representavam porém um espaço inseguro onde a passagem e permanência não era aconselhável.

¹ Foi da responsabilidade da técnica o projeto da Quinta das Conchas e dos Lilazes, enquanto prestou serviço na Câmara Municipal de Lisboa, em virtude das reestruturações dos serviços, as divisões responsáveis foram sequencialmente: DP /DEV, DPEV/ DAEV e DEP/DA.

A mata dispunha de grande variedade de espécies arbóreas mas bastante envelhecidas, o fato de não terem sido objeto de intervenções culturais adequadas ao longo de muitos anos, ocasionou o aparecimento de sérios problemas fitopatológicos.

Na Quinta dos Lilazes, parte do espaço junto ao edifício da EPUL funcionava como estacionamento e a montante funcionava um picadeiro privado. O resto do espaço encontrava-se praticamente abandonado assim como o lago e os quatro pavilhões que o rodeiam.

Na Quinta das Conchas residiam dois guardas florestais, com casas próprias, uma a sul e outra a norte do grande relvado. Porém a sua capacidade de vigilância estava limitada às suas capacidades individuais e ao reduzido equipamento de apoio.

Não obstante a esta situação, confirmou-se que as quintas constituíam um elevado valor patrimonial, histórico e cultural. Representavam um importante suporte para a vida animal, principalmente para a avifauna, funcionando como local de valiosas interações biológicas.

Em termos hidrológicos, a Quinta das Conchas, em resultado da sua localização e dimensão, desempenhava um importante papel no controle dos escoamentos à superfície. Localizada a jusante da bacia hidrográfica com a linha de talvegue no vale de Alcântara, para o qual se efetuavam todos os escoamentos da cidade de Lisboa, a área desta quinta contribuía naturalmente para a redução do caudal de cheia.

Confirmada a aptidão do local para promoção do recreio urbano, considerou-se porém não ser viável a resposta à solicitação de intervenções pontuais, sem articulação e sem suporte em qualquer filosofia de unidade global.

Com o objetivo de alterar esta situação, iniciou-se um estudo integrado de toda a área, direcionado no sentido de permitir usufruir de todas as potencialidades das quintas, nomeadamente recreativa, desportiva, social, didática, histórica e cultural.

Foi então apresentado, pelo Departamento de Planeamento Estratégico, um programa a partir do qual foi elaborado um estudo prévio. Este estudo prévio, embora merecedor de aprovação superior, foi sendo sucessivamente reformulado em função dos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, nomeadamente: Junta de Freguesia do Lumiar, Empresa Pública de Urbanização de Lisboa - EPUL, Sociedade Gestora do Alto

do Lumiar - SGAL, Direção Geral dos Desporto - DGD, Departamento de Desporto, Divisão de Manutenção, Departamento de Ação Social e Departamento de Administração do Património Imobiliário da CML e Estação Florestal Nacional / Instituto Nacional Investigação Agrária e Laboratório de Patologia Vegetal “Veríssimo de Almeida” entre outros.

Após estes trâmites foi possível, em Março de 1996, a apresentação de um anteprojecto que obteve aprovação superior, seguindo-se a fase de projecto de execução.



Figura 2 - Quinta das Conchas e dos Lilazes, Plano Geral (sem escala)

Em 1997 foi apresentado o projecto de execução para toda a área das quintas: Quintas das Conchas e dos Lilazes – Quinta de Recreio². A sua execução apresentou inúmeras dificuldades: as características do local, nomeadamente a grande área (à data aproximadamente 27 ha), o contexto urbano, os valores intrínsecos e as pré-existências

² A partir desta fase a designação “quinta” inclui as duas quintas, das Conchas e dos Lilazes.

como valores florísticos, faunísticos e construtivos, a circunstância de se tratar do sector terminal de uma bacia vertente e dispor de uma antiga estrutura de captação de águas, mina, linha de água a céu aberto, poços, tanques e lagos, e ainda o fato da sua área constar no Plano de Urbanização do Alto do Lumiar - PUAL como zona de implantação de importantes eixos viários determinaram um trabalho de extrema complexidade que exigiu um grande interesse, empenho e dedicação, mas que constituiu um trabalho inigualavelmente enriquecedor do ponto de vista profissional e humano.

O projeto (figura 2) fundamentou-se nas seguintes linhas de orientação:

- Preservar o espaço “Quinta das Conchas e Lilazes” pelo seu valor histórico – antigas quintas que ainda apresentavam reminiscências das antigas estruturas fundiárias e de uma rica estrutura de receção e captação de águas;
- Preservar o valor ecológico e ambiental – manter o espaço, de significativas dimensões, permeável e com vegetação, no interior da cidade tornava-se de maior importância. As zonas permeáveis com vegetação asseguram as funções dos sistemas biológicos, o controlo dos escoamentos hídricos e atmosféricos, o conforto bioclimático e, conseqüentemente, a qualidade do espaço urbano;
- Manter o espaço permeável – a quinta localiza-se a jusante de uma bacia hidrográfica que, a montante, se encontra cada vez mais impermeabilizada. Esta situação aumenta a importância da quinta como zona de receção de águas;
- Permitir a existência de um suporte para a vida animal e vegetal;
- Assegurar uma ligação pedonal com segurança e qualidade entre o Lumiar – Alameda das Linhas de Torres, e a futura urbanização do Alto do Lumiar;
- Assegurar a existência de um espaço de recreio e lazer, para todas as classes etárias, onde o leque de atividades é diversificado e compatível. Pretende-se um local seguro onde o utente possa usufruir de condições que possibilitem o equilíbrio físico e psicológico;

O processo de estudo e execução de projetos foram sempre acompanhados pelas necessárias operações de conservação e manutenção. Estas, embora da responsabilidade da Divisão de Matas, exigiram um frequente acompanhamento por parte da técnica, no sentido de integrar todas as intervenções na “filosofia” do projeto.

O abandono a que as quintas estiveram sujeitas durante anos, as pressões imobiliárias que se sentiam, as intervenções previstas no PUAL, que inicialmente previa o seu atravessamento por dois eixos viários, foram alguns dos motivos que levou a que todas as intervenções levadas a cabo fossem vistas com desconfiança pelo público em geral, pelos moradores e até pelos gestores do território. Operações como remoção de árvores que apresentavam morte biológica ou abate de árvores dominadas por pragas ou doenças, eram alvo de manifestações públicas e dos mais duros ataques na imprensa noticiosa. Das mais pequenas ações a importantes negociações com entidades com intervenção e ou autoridade no espaço público, como o caso do Metropolitano de Lisboa, passaram a ser sempre apresentadas e justificadas em secções públicas que tinham lugar na junta de freguesia do Lumiar. Também todas as fases do projeto passaram a ter aí apresentação e debate público.

Neste contexto, quer a execução de obras previstas em projeto, quer algumas obras que o avanço do PUAL foi impondo, como o traçado da Av. Santos e Castro definido sobre terrenos da Quinta das Conchas obrigando a recuar o muro a este e a proceder a transplantes e abates de árvores perfeitamente desenvolvidas, ou ainda a alteração dos limites da mata que junto ao Alto do Mirante lhe reduziram a área, eliminando a vegetação da orla, foram determinando contínuos avanços e recuos no desenvolvimento de todo o processo de requalificação das quintas.

Em 1998, o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar³ persistia na execução de um eixo viário que, passando pelas quintas, ligaria a Alameda das Linhas de Torres à Av. Santos e Castro.

Situação que, entendia a técnica e as suas chefias diretas, não defendia os interesses da população em geral nem preservava os valores ecológicos e culturais aí existentes.

Recorde-se que, igualmente no campo jurídico tal como o PUAL, o Plano Director Municipal - PDM determinava no seu título III, artigo 16º, o seguinte: *“Para efeitos de definição dos condicionantes à edificabilidade, devem ser sempre considerados cumulativamente os referentes à planta de classificação do espaço urbano e à planta de componentes ambientais urbanos, prevalecendo estes últimos”*.

³ Diário da República — I Série-B nº 248 — 27-10-1998

À data o PDM de Lisboa qualificava, na sua carta de classificação do espaço urbano, título III, capítulo I, artigo 17º, toda a área da quinta das Conchas e dos Lilazes como área verde de recreio, ficando por isso sujeito a um regulamento específico.

As quintas das Conchas e dos Lilazes encontravam-se também classificadas no Inventário Municipal do Património, anexo 2, artigo 13º, com as referências 18.26 e 18.24 respetivamente como imóvel com área anexa.

De considerar ainda o fato de toda a área das Quintas das Conchas e dos Lilazes estar classificada como regime florestal ⁴, o que reforçava o seu carácter específico conferindo-lhe uma maior proteção.

O eixo viário “Alameda das Linhas de Torres / Av. Santos e Castro” que o PUAL continuava a protagonizar e que a Divisão de Projetos considerava dever constituir-se como alameda exclusivamente pedonal – “Alameda da Água”, e funcionar como elemento de charneira em toda a área das quintas, continuava a ser o grande ponto mobilizador de trabalhos e ponderações.

Ainda em 2002 a Sociedade Gestora do Alto do Lumiar, SGAL, apresentou um projeto da autoria da arquiteta Isabel Aguirre de Urcola, que mantinha o eixo viário a ligar a Alameda das Linhas de Torres à Av. Santos e Castro, separando as duas quintas.

A então Direção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes/Departamento de Ambiente e Espaços Verdes/Divisão de Projetos de Estrutura Verde rebateu exaustivamente esse projeto e apresentou à presidência uma versão atualizada do projeto das quintas, incluindo todas as especialidades, devidamente executados pelos respetivos técnicos, engenharia civil, eletrotécnica e hidráulica e arquitetura.

Pelos aspetos biofísicos, pelo valor histórico e pela necessidade de os integrar numa estrutura coerente e que respondesse às necessidades de recreio atual, houve que ponderar constantemente cada situação para que não ocorresse a perda de elementos importantes, nem se sacrificasse a coerência do espaço de recreio que se pretendia obter.

Foi nessa data que, sobre a vereação do Prof. Carmona Rodrigues e presidência do Dr. Santana Lopes, se determinou definitivamente que a Alameda da Água assumiria

⁴ Decreto n.º 36/94 de 29 de Dezembro

um carácter exclusivamente pedonal, preservando-se a quinta como unidade global, apesar de alguns acertos nos seus limites.

Em 2003 iniciaram-se as obras, embora nem todas ainda estejam concluídas como é o caso da mata e do palacete, todo o espaço foi murado e infraestruturado com sistema de drenagem, rede de rega, iluminação, reformulação da estrutura hídrica que permite a utilização dos recursos hídricos, e instalação de sistemas elétricos de som que permitem a realização de concertos ao ar livre. Todo o espaço foi equipado com mobiliário urbano e de recreio.

Este espaço de recreio constitui, hoje, a terceira maior mancha verde da cidade, dispõe de mata, manchas arborizadas, relvado, caminhos, praças, zonas de estadia, equipamentos de recreio infantil e juvenil, canais de água, queda de água, mina, tanques e lagos e edifícios de apoio, restaurante, bar, espaço de informação municipal e de receção a iniciativas recreativas e pedagógicas. A quinta é, pois, uma importante zona de convívio e lazer, e recebe inúmeros visitantes a qualquer hora do dia, facultando a prática de atividades que, em muito, contribuem para o equilíbrio psicofisiológico daqueles que a frequentam.

A Nave central (zona central onde se concentram os principais equipamentos de apoio às atividades de recreio) da Quinta das Conchas foi inaugurada em Maio de 2005 com a presença do então presidente da Câmara Dr. Pedro Santana Lopes. Em Janeiro de 2007 foi inaugurada a Zona da Quinta dos Lilazes, com a presença do Prof. Carmona Rodrigues que à data presidia à Câmara Municipal da Cidade.

O Parque Urbano da Quinta das Conchas, designação atual, foi distinguido com o Prémio Valmor em 2005, reconhecendo a qualidade e importância da requalificação efetuada neste espaço público da cidade de Lisboa.

1.2.2 Urbanização Quinta dos Inglesinhos - Alameda Roentgen

Urbanização Quinta dos Inglesinhos

Várias reclamações sobre o estado dos espaços públicos à Alameda Roentgen, na urbanização Quinta dos Inglesinhos, levaram a que fosse solicitado um estudo de qualificação para o local.

A análise do local permitiu, desde logo, verificar que a mobilidade viária e pedonal, na urbanização, funcionava de forma caótica, razão pela qual a divisão avançou com o estudo de requalificação de toda a urbanização da Quinta dos Inglesinhos. O Estudo Prévio referente à Requalificação da Urbanização (figura 3) assentou no reperfilamento das vias com vista à obtenção de passeios francos e confortáveis, arborizados, e definição de zonas de estacionamento com vista ao desimpedimento das faixas de rodagem assegurando as condições necessárias à fluidez de trânsito.

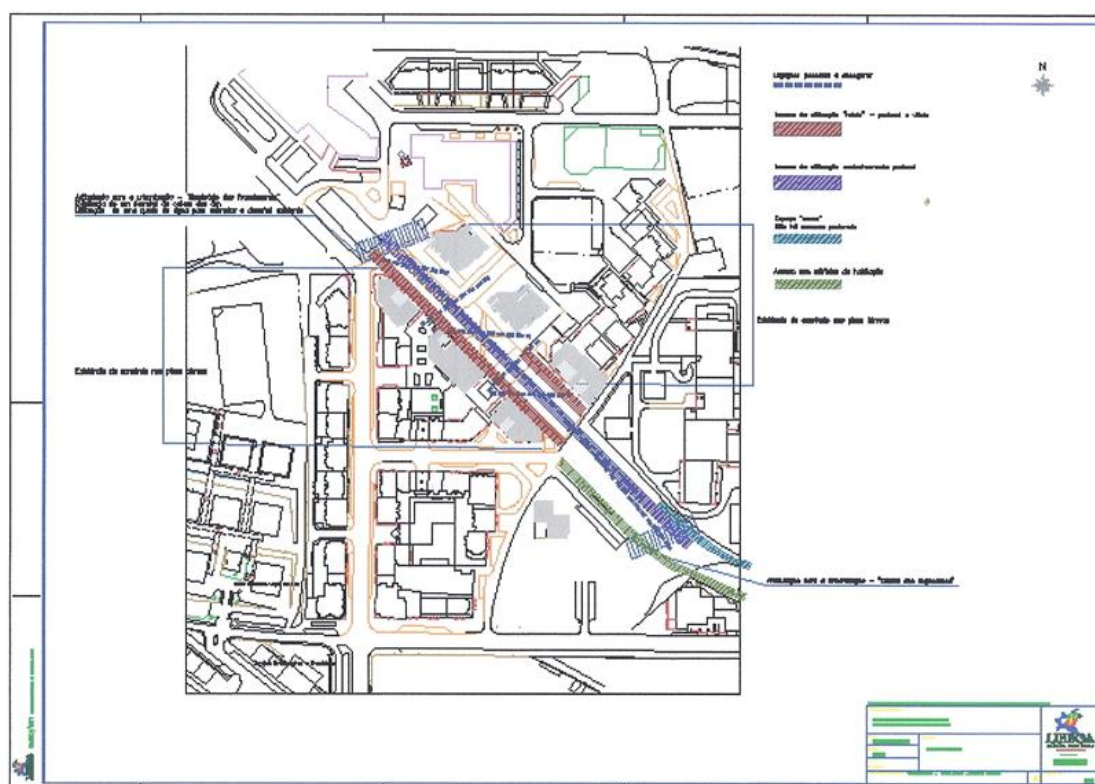


Figura 3 - Quinta dos Inglesinhos, Estudo Funcional da Urbanização (sem escala)

Alameda Roentgen

Apos a elaboração do Estudo Prévio de Requalificação da Urbanização procedeu-se à elaboração do Projeto de Execução da Alameda (figura 4).



Figura 4 - Alameda Roentgen, Plano Geral (sem escala)

A Alameda Roentgen, com cerca de 15 000 m², insere-se na urbanização “Quinta dos Inglesinhos”, na zona de Telheiras. A obra da urbanização, executada segundo projeto aprovado pela CML, por vicissitudes várias, não havia sido executada na íntegra, nomeadamente ao nível dos espaços públicos. À data, a execução da obra segundo o projeto constante no processo de urbanização ao nível do estudo prévio, deixou de fazer sentido, uma vez que a câmara foi licenciando diversos e diferentes tipos de comércio ao nível dos pisos térreos dos edifícios, inicialmente previstos para habitações e garagens. Estas alterações de uso tiveram repercussões determinantes ao nível das funções da alameda. Inicialmente prevista como um corredor verde de carácter informal e integralmente permeável, a alameda é obrigada a constituir-se como um espaço aglutinador de toda a urbanização, de junção e distribuição de percursos pedonais, de passagem e paragem, que deve oferecer ao utilizador conforto, funcionalidade, fruição, capacidade de carga e mobilidade acessível a todos os utentes. Estas questões, bem como o fato do prédio a montante se encontrar implementado com uma cota de soleira 2.50 m acima da cota da alameda, orientaram a conceção formal deste espaço.

Determinante foi ainda o fato de, na urbanização, em mau estado de conservação e encravado entre uma empena cega e um muro com entulhos, se encontrar um antigo depósito elevado de água. O tema base de toda a conceção do espaço passou a ser a água. O desnível existente a montante da alameda foi colmatado por uma queda de água conduzida através de caleiras (figura 5) até à praça a jusante onde foi recolocado o antigo depósito depois de restaurado (figura 6).



Figura 5 - Alameda Roentgen, Vista para Este (fonte: www.cm-lisboa.pt/equipamentos/.../jardim-da-alameda-roentgen)

O desenho mais formal e a necessidade de assegurar a mobilidade pedonal levaram à criação de planos com cotas altimétricas diferentes daquelas a que o espaço tinha funcionado até à data. O fato de aí já estarem instaladas as infraestruturas das concessionárias de serviços públicos⁵ obrigou a que estas fossem revistas e à alteração dos seus traçados e/ou das cotas a que estas funcionavam. Contactar todas as concessionárias e em colaboração com estas, promover as suas reinstalações foi um desafio interessante e que permitiu conhecer melhor o funcionamento destas instalações, com resultados muito positivos na resolução de questões que lhes eram inerentes, noutros locais da cidade.

⁵ EPAL, EDP, Lisboa Gás, Portugal Telecom e TV cabo.



Figura 6 - Alameda Roentgen, Vista para Oeste (fonte: www.cm-lisboa.pt/equipamentos/.../jardim-da-alameda-roentgen)

A alameda pedonal é ladeada por faixas relvadas e arborizadas e é pavimentada por betão poroso absorvente, material que, uma vez bem executado, oferece grande capacidade de carga, exige pouca manutenção e, fundamentalmente, é permeável. A camada de desgaste do pavimento em betão poroso, foi constituída por uma mistura de bago de arroz e cimento, à razão de 3/1, à qual foi adicionado um pigmento de óxido de ferro.

Também foi necessário transplantar algumas árvores aí existentes que decorreram segundo as boas normas de transplante expressas nas condições técnicas do caderno de encargos.

A obra executada em 2004, foi iniciada em maio e inaugurada em dezembro pelo Sr. Presidente da Câmara Prof. Carmona Rodrigues.

1.2.3 Quarteirão e Jardim Mahatma Gandhi

Jardim Mahatma Gandhi



Figura 7 - Jardim Mahatma Gandhi, aula de ginástica (fonte: <http://cidadania1x.blogspot.pt/2012/04/camara-de-lisboa-cria-novo-espaco-verde.html>)

Ao Paço do Lumiar, junto à Alameda Mahatma Gandhi, foi promovida a construção do Templo Hindu. Nesta zona da cidade a malha urbana não estava consolidada e os edifícios existentes assumiam volumes e leituras arquitetónicas pouco articuláveis.

Após o início da construção do templo, a comunidade Hindu diligenciou junto da CML para que se procedesse à integração paisagística do espaço adjacente, fronteiriço ao Quartel de Adidos de Aeronáutica, permitindo a adequada articulação e enquadramento com o templo. Com efeito esse terreno, propriedade do município, não só oferecia condições passíveis de se construir um espaço de recreio com vegetação, porquanto essa abordagem surgia como a melhor forma de contribuir para a coesão urbana, integrando de forma harmoniosa as edificações envolvente (figura 7).

Em 1997 foram efetuados os primeiros estudos prévios para o Jardim e para o Quarteirão Mahatma Gandhi.

O Estudo Prévio elaborado para o jardim constituiu base de análise e diálogo entre representantes da Comunidade Hindu e da CML.

O estudo (figura 8) assentou nos seguintes objetivos:

- Construir um espaço de recreio;
- Enquadrar o Templo Hindu;
- Integrar e contribuir para a consistência da estrutura verde semi-contínua da cidade;
- Integrar, unificar e constituir elemento de coesão do espaço urbano local.

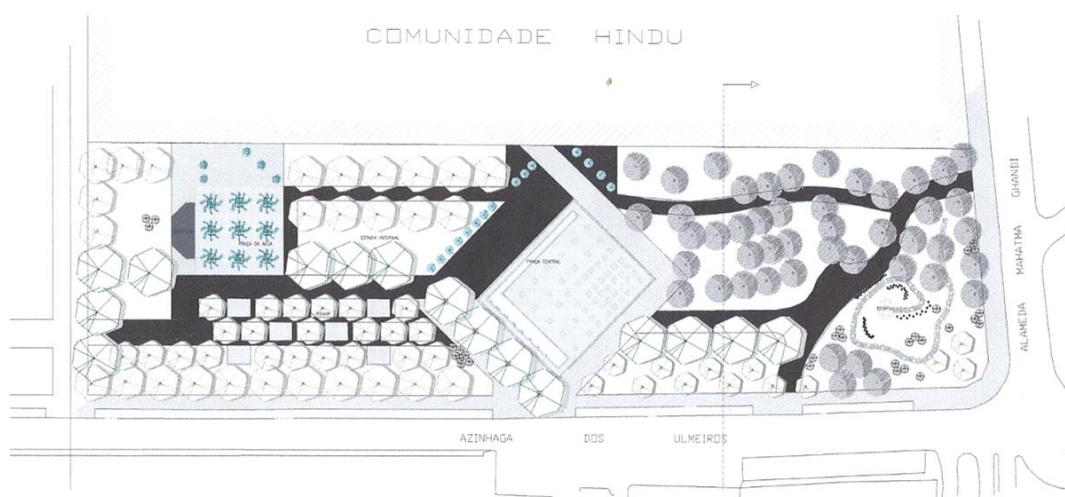


Figura 8 - Jardim Mahatma Gandhi, Plano Geral (sem escala)

Em 1998 foi construído o jardim de homenagem a Mahatma Gandhi. Aí foi instalada a estátua do casal Gandhi (figura 9), construída na Índia e oferecida pela comunidade Hindu à cidade de Lisboa.



Figura 9 - Jardim Mahatma Gandhi, Estátua do casal Gandhi (fotografia da autora)

Tratou-se, sem dúvida, de um gesto na paisagem que simboliza o convívio entre os homens e as culturas, e o reconhecimento do homem que, enquanto ser individual, consegue ultrapassar barreiras e alcançar a dimensão do Mundo e da Paz.

O jardim e o Templo Hindu foram inaugurados em Novembro de 1998 em cerimónia presidida pelo Sr. Presidente da República Dr. Jorge Sampaio.

Quarteirão Mahatma Gandhi

No decorrer dos estudos para o Jardim Mahatma Gandhi, porque todos os espaços em redor do Templo Hindu eram pertença da câmara municipal, surgiu como óbvia a necessidade de requalificar de forma integrada todo o quarteirão, proposta apresentada pela técnica e aprovada superiormente.

Iniciou-se assim o estudo integrado do quarteirão (figura 10) que inclui as Quintas da Paz e de S. Cristóvão. A quinta da Paz classificada no PDM da cidade como quinta histórica e a quinta de S. Cristóvão onde havia funcionado um dos viveiros municipais, registando-se aí ainda alguma atividade.

O Projeto de Requalificação do quarteirão visou preservar os valores históricos e culturais aí presentes e responder às necessidades da população local que não dispunha de espaços abertos de proximidade, assim consideraram-se os seguintes objetivos:

- Valorizar o núcleo histórico do Paço do Lumiar;

- Consolidar o tecido urbano local;
- Contribuir para a consolidação dos corredores verdes da cidade de Lisboa e para a coesão dos espaços abertos permeáveis, estabelecendo espaços canais de circulação e de fruição ambientais e pedonais.

Procedeu-se à elaboração do estudo prévio do quarteirão que apresentava três zonas fundamentais: o jardim, as quintas, da Paz com valores históricos e culturais e a de S. Cristóvão permitindo um uso de carácter educativo e formativo em termos ambientais, e a este, uma zona de ligação e integração com condições para constituir suporte de atividades infantis e desportivas.

Nos estudos e projetos do Quarteirão Mahatma Gandhi destaca-se:

- O papel do espaço aberto na cidade como elemento estruturante da malha urbana;
- O jardim como espaço evocativo, representativo de culturas e como testemunha da articulação entre os povos;
- A reinterpretação dos espaços, reaproveitando antigas estruturas e atribuindo-lhes funcionalidades atuais;
- A valorização de quintas históricas, revalorizando as suas funções lúdicas e de recreio, preservando os seus valores histórico e culturais;
- A articulação de várias funcionalidades oferecendo, ao utente, diversidade de valências, um recreio mais completo que contempla valores culturais, históricos, didáticos, científicos e desportivos.

As quintas de Nossa Senhora da Paz e a Quinta de S. Cristóvão têm vindo, em 2011 e 2012, a ser alvo de obras de requalificação promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa. As obras pretendem, na mesma filosofia de intervenção, conciliar os traços do passado, através da preservação do coberto arbóreo e da recuperação de estruturas existentes, com novas vivências em ambientes mais contemporâneos no uso do edifício, dos jardins e das áreas envolventes.

Os novos espaços qualificados permitirão a coexistência do espaço atual, com um jardim que remonta ao séc. XVIII e que ainda ostenta elementos de reconhecido valor patrimonial, vegetação, pérgulas, tanques e bancos, que poderá acolher atividades como exposições, workshops, jardinagem, representações, pequenas feiras, entre outras.

Serão equipados com mobiliário urbano, nova sinalética e rede de iluminação e será garantido o acesso a pessoas com mobilidade condicionada. O lago e a fonte existentes serão, também, recuperados e na zona de horta/pomar serão criados talhões de plantas aromáticas e hortícolas e a plantação de laranjeiras.



Figura 10 - Quarteirão Mahatma Gandhi, Estudo Prévio (sem escala)

1.2.4 Rua Mário Sampaio Ribeiro

Projeto de desenho urbano da Rua Mário Sampaio Ribeiro ao Lumiar (figura 11).



Figura 11 - Rua Mário Sampaio Ribeiro, Plano Geral (sem escala)

A Rua Mário Sampaio Ribeiro é uma via secundária que se reveste da maior importância na freguesia por constituir o acesso à escola secundária do Lumiar.

À data, até 2001, a via apresentava condições precárias, sem zonas pedonais ou viárias formalmente definidas, pavimentos em más condições e com espaços adjacentes contendo entulhos e terras compactadas ocupadas por veículos desordenadamente estacionados.

O acesso pedonal à escola era inseguro e desconfortável e todo o espaço, sem qualquer qualificação, apresentava más condições de manutenção. As ligações às outras vias da cidade, nomeadamente à Praça Rainha Santa não eram fluidas, constituindo inclusive perigo para os seus utilizadores.

A utilização pedonal e automóvel por parte dos alunos, seus pais, professores e outros funcionários da escola, gerava um movimento considerável e era óbvia a necessidade de regradar a utilização do espaço e definir zonas espaços com funções precisas.

Definiram-se como objetivos fundamentais:

- Organizar estruturalmente o espaço, articulando-o e integrando-o na malha urbana envolvente;
- Criar acessos condignos e funcionais à escola, salvaguardando as condições de segurança à mobilidade pedonal, sem barreiras urbanísticas.

Foi efetuado, em 1998, um estudo prévio para o local, que incluía duas propostas em função de diferentes orçamentos. O Estudo Prévio constituiu base de análise e avaliação em reuniões com a Junta de Freguesia, a Escola e a Direção Municipal de Infraestruturas e Saneamento da CML. Confirmou-se então a necessidade de intervir a vários níveis nomeadamente ao nível das infraestruturas subterrâneas, tendo o projeto de execução dado cumprimento a um programa mais exigente e mais completo do que inicialmente seria previsto.

O projeto de execução efetuado contemplou a execução de novos arruamentos, zonas pedonais e formalização de áreas a plantar, no local onde existia um terreno baldio, incluiu a instalação de novas infraestruturas ao nível da rede de drenagem, para captação de águas residuais e saneamento urbano, substituição dos coletores pluviais e domésticos e projeto de iluminação pública.

Promoveu-se um desenho urbano integrado, à luz da legislação aplicável⁶. As funções e ocupação do espaço foram regradas de forma a garantir um canal de

⁶ Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, atualmente revogado pelo DL 163/06, de 8 de Agosto.

circulação pedonal contínuo e desimpedido. As caldeiras das árvores, criteriosamente plantadas, de forma a atribuir conforto térmico e enquadramento estético, foram devidamente niveladas com o pavimento, de modo a não obstarem a normal fruição dos percursos e das zonas de estadia. Também as caixas de infraestruturas⁷ ficaram perfeitamente niveladas relativamente aos pavimentos envolventes. Nas passagens de peões os passeios foram rampeados e o pavimento diferenciado do piso envolvente.

Tratou-se de um trabalho pluridisciplinar onde se constatou grande evolução da qualidade do desenho urbano.

Em 1999 e 2000 foram efetuados os projetos de execução das especialidades. A obra iniciou-se em 2001, com instalação de coletores, e terminou no início de 2003.

⁷ caixas de esgotos, águas, EDP, PT, sumidouros, etc..

1.2.5 Mesquita de Lisboa

Foi solicitado o projeto de enquadramento paisagístico da Mesquita de Lisboa (figura 12).



Figura 12 - Mesquita de Lisboa - Projeto de Enquadramento, Plano Geral (sem escala)

Inserida na malha urbana local, na rua com o seu nome, em prolongamento da rua Ressano Garcia, à junta de freguesia de S. Sebastião da Pedreira, encontra-se a Mesquita Central de Lisboa, cuja construção data dos anos 70 / 80 do século passado. A mesquita dispõe de espaços adjacentes que confinam com o espaço público e, por não apresentarem qualquer limitação física, são de acesso público.

O uso dos dois espaços, público e privado, em continuidade possibilitou o adequado enquadramento que a escala do edifício exigia.

A requalificação do espaço passou fundamentalmente pela formalização dos passeios, garantindo franca acessibilidade, pela plantação de árvores e formalização de zona relvada. A plantação de árvores em caldeira assegurou o enquadramento do edifício e permitiu a marcação da entrada da Mesquita a sul e a este com a ténue

delimitação do passeio, permitindo-se assim a obtenção de uma pequena praça que anuncia a presença de um edifício de carácter particular, local de culto.

Todos os trabalhos de qualificação do espaço foram articulados com representantes da Comunidade Islâmica de Lisboa, sendo que a utilização da espécie *Phoenix dactilifera*⁸, a pedido da comunidade, constituiu resposta à reconhecida necessidade de conciliar a identidade cultural islâmica com a realidade urbana envolvente.

A dificuldade deste trabalho revelou-se pela falta de área que permitisse dar expressão a uma intervenção integradora da arquitetura do edifício, com o seu minarete inspirado nos zigurates da Babilónia, da cultura Islâmica e da cultura portuguesa, na malha urbana da cidade de Lisboa.

O estudo e a execução da respetiva obra foram efetuados em 1998. Concluídos os trabalhos, foi inaugurado o espaço, com a presença do Senhor Presidente da República Dr. Jorge Sampaio.

⁸ Desenvolvendo-se bem em Portugal, esta palmeira é originária do Próximo Oriente e norte de África e simboliza, para o povo Árabe, a “árvore abençoada”. O seu fruto, tâmara, é comestível e constitui alimento importante na dieta muçulmana.

1.2.6 Talude Amílcar Cabral

O talude Amílcar Cabral situa-se na rua com o mesmo nome, ao Lumiar. Resultou de escavações laterais por parte do Metropolitano de Lisboa e do promotor das urbanizações e infraestruturas da Quinta do Lambert.

Em 1998, o talude encontrava-se numa situação de equilíbrio precário, com natural tendência para o agravamento do mesmo. A trepidação contínua, provocada pela passagem do metropolitano, constituía um fator adicional de desagregação dos materiais existentes.

Elaborou-se um primeiro estudo de análise do grau de estabilidade e evolução provável a partir do qual foram determinados os objetivos e métodos de atuação a propor para o local.

Definiram-se como objetivos:

- Assegurar a máxima estabilidade do talude na sua forma final, de modo a oferecer segurança, minimizar os custos de manutenção e promover a sua valorização paisagística;
- Potencializar o espaço implantando aí faixas de estacionamento de forma a dar resposta a uma solicitação manifestada por parte do Presidente da junta de freguesia do Lumiar;
- Qualificar o espaço para integrar a estrutura verde descontínua da cidade.

A nível de atuação, propôs-se (figura13):

- Retirar as camadas superiores do talude e posterior modelação;
- Efetuar uma modelação relativamente suave, máximo de 1:2;
- Implantação de faixas de estacionamento;
- Promover a plantação de áreas que assegurariam um melhor enquadramento do parque de estacionamento;
- Criar corredores pedonais para assegurar o fácil e seguro acesso a cada um dos lugares de estacionamento.

As plantações foram propostas em três situações diferentes: na faixa modelada, nos corredores pedonais, através de árvores em caldeiras, e no talude propriamente dito.



Figura 13 - Talude Amílcar Cabral, Plano Geral (sem escala)

Em 2002 foram efetuadas intervenções de estabilização, nomeadamente a remoção das camadas superiores do talude por se encontrarem bastante desagregadas, sem viabilidade de consolidação. O projeto efetuado não chegou a ser executado na íntegra.

1.2.7 Avenida de Roma – Praceta nºs 68 a 74

O projeto em causa trata de uma intervenção numa das pracetas da Av. de Roma. À data não era intenção da edilidade proceder à requalificação global na avenida, uma das mais importantes da cidade na freguesia de S. João de Brito, mas sim solucionar questões de vivência para os moradores e restantes utilizadores.

Os munícipes reclamavam com frequência de alguns problemas nomeadamente a deficiente drenagem, de onde resultava um constante enlamear do espaço, e a presença de arbustos demasiado densos permitindo que delinquentes aí se ocultassem para assaltarem e maltratarem moradores e restantes utentes.

Foi solicitada uma proposta de requalificação que desse resposta a estas questões. A dificuldade deste trabalho residiu em propor uma intervenção perfeitamente integrada nos restantes espaços da avenida, e que solucionasse as questões de manutenção e segurança.

Propôs-se a substituição dos arbustos por árvores em caldeira. No pavimento, à imagem dos passeios da avenida, utilizou-se o vidro. Para marcar as entradas dos prédios foi utilizado um motivo ao nível do pavimento, este resultou de um estudo cuidado referente ao calcetamento artístico da cidade de Lisboa e mais concretamente da avenida.

O presente projeto (figura 14) efetuado em 1996, foi executado nesse mesmo ano pela Divisão de Instalação de Jardins.

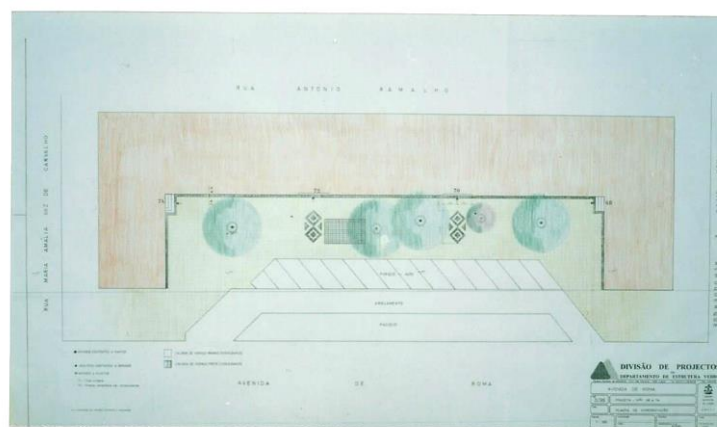


Figura 14 - Av. de Roma - Praceta nºs 68 a 74, Plano Geral (sem escala)

1.2.8 Quinta do Lambert

Tratou-se de um espaço de média dimensão, cerca de meio hectare, situado junto ao cruzamento das ruas Amílcar Cabral e Agostinho Neto, ao Lumiar. Dada a sua localização na rede urbana entendeu-se como espaço de recreio e enquadramento a integrar a estrutura verde semi-contínua da cidade.

Após visita ao local e contactadas as entidades, direta ou indiretamente intervenientes, definiu-se o programa centrado nas seguintes funções do espaço:

- Enquadramento dos edifícios;
- Enquadramento e proteção visual e sonora da linha de metro;
- Zona plantada a integrar na estrutura verde da cidade;
- Zona de recreio e estadia.

Com efeito, situado no limite noroeste de um quarteirão de arquitetura relativamente recente, este espaço iria constituir o jardim de proximidade que os moradores locais não dispunham.

Pelas dimensões, escala local, ausência de condicionantes determinantes e características que o espaço iria assumir, este é o tipo de projeto que com mais frequência surge e a sua elaboração não oferece dificuldades de maior.

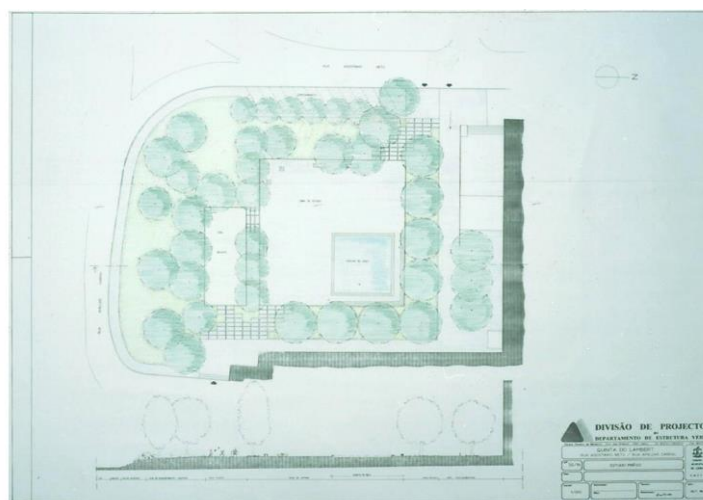


Figura 15 - Quinta do Lambert, Estudo Prévio (sem escala)

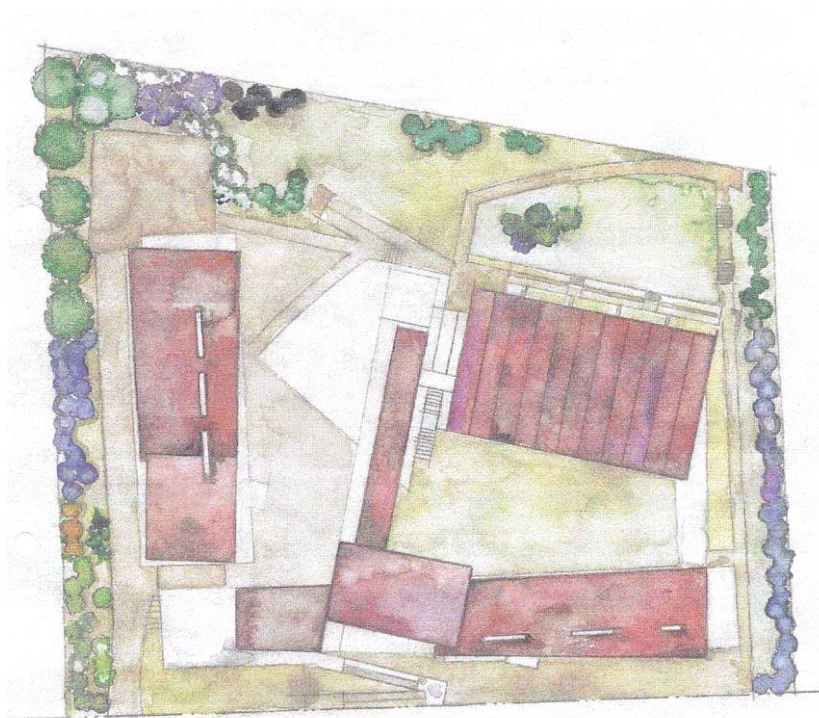
Neste caso concreto foi elaborado o estudo prévio (figura 15) que, após aprovação superior, constituiria elemento de diálogo com a junta de freguesia do Lumiar e outras entidades que se viessem a revelar importantes. Esta fase do trabalho não se chegou a concretizar pois foi comunicado à divisão que o espaço em causa iria ser edificado. Porém nenhum edifício aí foi construído e, anos mais tarde os serviços municipais instalaram aí um relvado e plantaram alguns maciços de arbustos.

Estudo efetuado em 1996, não teve pois seguimento.

1.2.9 Espaços Exteriores do Edifício da Cerci em Lisboa

A Cerci - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de apoio a crianças, jovens e adultos portadores de deficiência mental. Após a construção de um novo edifício, que à data dava apoio a cerca de 240 jovens, veio a sua direção junto da Câmara Municipal de Lisboa solicitar todo o apoio no sentido de qualificar os espaços abertos envolventes ao edifício construído na freguesia de S. João de Brito, à Av. Almirante Gago Coutinho.

Num terreno com cerca de 6000m² a implantação do edifício, com os seus diferentes corpos e respetivas cotas de soleira, orientou determinantemente a organização dos respetivos espaços abertos.



Plantação dos Espaços Exteriores do Edifício da CERCÍ - LISBOA

Figura 16 - Espaços Exteriores ao Edifício da Cerci, Plano Geral (sem escala)

A intervenção centrou-se necessariamente na criação de um circuito pedonal, acessível, seguro e funcional, articulando com a fluidez possível os vários corpos do

edifício. O restante espaço foi organizado de forma a criar pequenas zonas de estadia, melhorar o conforto térmico local e assegurar o enquadramento estético (figura 16).

A vegetação selecionada teve em consideração a boa adaptação às condições edafo-climáticas locais de forma a reduzir as necessidades de manutenção, atendeu-se igualmente às particularidades intrínsecas das plantas para que as suas características representassem apontamentos de cor, texturas, aromas ou constituíssem referência relativamente às épocas do ano, de forma a despertar a atenção e interesse dos jovens.

O estudo iniciou-se em 2000. Foram definidas duas fases de intervenção, a primeira que inclui a implantação de caminhos, rampas e restantes trabalhos de construção civil foi executada em 2001, a segunda centrada nas plantações e respetivo plano de rega foi concluída no final de 2002.

O Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Soares foi convidado para a inauguração formal do centro.

1.3 Elaboração de Estudos

Os estudos visam compreender a dinâmica dos espaços e as linhas de transformação que surgem como fundamentais de modo a garantir a sua funcionalidade, como previsto nos planos municipais. Têm como objetivos concretos organizar e sistematizar as existências e os conhecimentos e propor ações que promovam a coesão urbana através de uma política de qualidade.

A título de exemplo refere-se o plano de arborização de Lisboa.

1.3.1 Plano de Arborização de Lisboa – PAL

“ O PAL pretende promover a conservação, a remoção e a expansão e ampliação do arvoredo, da cidade, em boas condições morfológicas e fitossanitárias e a remoção do material lenhoso, procurando:

- *Estruturar a interligação entre os diversos espaços de estrutura verde através de corredores arborizados;*
- *Preservar e incrementar a diversidade e o equilíbrio da estrutura verde;*
- *Integrar todas as intervenções em relação às arborizações em diversas situações que têm lugar no concelho, de forma a dar cumprimento aos objetivos anteriormente definidos”⁹*

Tratou-se de um trabalho integrado, levado a cabo por uma equipa de técnicos nomeados para o efeito. Numa primeira fase foi necessária a participação de todos os técnicos da DPEV para cumprimento de duas situações essenciais:

- Apresentar relação das árvores e arbustos propostos nos projetos a decorrer;
- Proceder a planos de plantação para os locais selecionados segundo os critérios definidos pela equipa do plano.

Neste âmbito a técnica estudou as freguesias a seu cargo: S. João de Brito, Campo Grande, Lumiar, Ameixoeira e Charneca.

Nas deslocações efetuadas aos locais, a técnica fez-se acompanhar pelo técnico da Divisão de Jardins, responsável pelas referidas freguesias, e pelo chefe de

⁹ “Plano de Arborização de Lisboa” (PAL), Programa de Intervenções 1996/2000, 2º Relatório, Setembro de 1996, p.2.

manutenção dessas mesmas zonas. Estas visitas tiveram como finalidade efetuar o levantamento dos locais com baixos índices de vegetação, plausíveis de arborizar, integrando-se assim nos trabalhos do plano de arborização de Lisboa, segundo os critérios definidos.

Foi efetuada a análise dos espaços abertos de cada freguesia e uma relação dos arruamentos que, tendo sido definidas como zonas a plantar, transitaram para uma 2ª fase – elaboração de projeto para o local.

1.4 Apreciação de Estudos e Projetos

À divisão compete também emitir pareceres técnicos relativos a processos de loteamentos, projetos ou outras propostas sujeitas a aprovação municipal, função que a técnica também desempenhou nesse período.

Frequentemente estes processos não incluem os elementos suficientes para que se possa emitir parecer efetivo, outras vezes ainda, algumas peças estão incorretas ou não referem aspetos importantes para o processo. Estas situações ocorrem por, ainda com demasiada frequência, os projetos de arquitetura paisagista serem executados por técnicos com formação não adequada e/ou pelo fato dos requerentes não estarem suficientemente sensibilizados para as atuais regras de urbanismo. Esta análise é fundamental pois cabe ao município garantir o cumprimento das regras e planos urbanísticos, a boa gestão do território, a coerência do desenho urbano com a garantia da sustentabilidade dos espaços abertos públicos nomeadamente dos espaços verdes.

Nesta análise, a técnica sempre considerou essenciais as deslocações ao local, pois por mais completo que esteja o processo há sempre aspetos não apreensíveis através do mesmo, e que podem até ser determinantes. Posteriormente promoveu a execução interna de regras de análise que tiveram como objetivo uniformizar critérios de análise dentro do próprio serviço.

Os pareceres emitidos não se apresentam por se considerar que fazem parte de processos específicos que não cabe aqui relatar e por outro lado isolados do seu contexto não tem qualquer significado.

1.5 Pareceres e Informações

Frequentemente são recebidas na divisão reclamações ou solicitações apresentadas por munícipes ou entidades. A sua análise implicou, quase sempre, uma visita ao local. A resposta passou frequentemente pela apresentação de peças técnicas e/ou orientação direta relativa à intervenção sendo a atitude de resposta muito diversa consoante o contexto.

Na maior parte das vezes, as solicitações correspondem a questões simples que se resolvem através do esclarecimento ou através de pequenas intervenções operacionais no espaço público, porém nem sempre assim é, algumas reclamações, aparentemente simples, remetem para situações complexas. Apresentam-se dois exemplos concretos que exemplificam estas situações.

Ruas José da Costa Pedreira e Raul M. Ponsard, à Quinta das Pedreiras

Reclamação recebida por falta de arborização nas Ruas José da Costa Pedreira e Raul M. Ponsard, à Quinta das Pedreiras. Em visita ao local, constatou-se que os arruamentos da urbanização não apresentavam a arborização prevista no projeto de urbanização. Estudado o assunto e perante as plantas de infraestruturas verificou-se que, perante a sua localização e dada a largura dos passeios não era possível, por incompatibilidade, proceder a qualquer plantação nesses arruamentos. Este processo passou por uma tomada de posição dos serviços perante a divisão com competências ao nível do licenciamento, definiram-se outros procedimentos ao nível da orgânica municipal com vista à salvaguarda da qualidade dos espaços abertos da cidade, confirmando-se e consolidando-se desta forma o papel fundamental do arquiteto paisagista nesta área.

Cidade Universitária

Foi solicitado pelo Prof. Jorge Miranda, enquanto presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a valorização paisagística dos espaços abertos adjacentes à referida faculdade.

Após reuniões com o Prof. Dr. Jorge Miranda e com o Arquiteto responsável pelo Gabinete Técnico da Universidade, estabeleceu-se o consenso que o território da

Cidade Universitária constituía um todo *uno*, sendo que qualquer intervenção não se deveria restringir aos espaços adjacentes a cada faculdade, deveria ser pensado como um todo e deveria ser objeto de um estudo integrado.

Sendo o território da Cidade Universitária pertença do Estado e o Plano Diretor da Cidade de Lisboa omissa no respeitante a toda esta propriedade, coube à Reitoria da Universidade a promoção do “Plano de ocupação do território da Cidade Universitária de Lisboa”. Para o efeito foi nomeada uma comissão com representantes da Cidade Universitária e da CML.

Esta colaboração conjunta, Reitoria da Universidade e Câmara Municipal, é imprescindível uma vez que, ao nível da gestão do território, há temas que se intercalam e sobrepõem nomeadamente no que respeita à estrutura viária, ao estacionamento, concretamente o estacionamento subterrâneo possível na Alameda, e à manutenção de todos estes espaços abertos.

A técnica elaborou uma relação dos parâmetros a contemplar num plano de requalificação do referido espaço.

Em síntese, importa referir que frequentemente a resposta às solicitações efetuadas implica, *à priori*, visitas frequentes ao local a fim de se constatar do cumprimento das indicações técnicas dadas e do decorrer dos trabalhos até à finalização dos processos.

Surgem ainda algumas reclamações, que citando vários aspetos, não focam nenhum problema em concreto. Constata-se que o fator que incomoda o munícipe é o estado global do espaço urbano onde este vive. A solução para estes casos não pode emergir da divisão nem de qualquer outra divisão municipal *per si*, mas sim de estudos e intervenções transversais integradas.

Frequentemente constata-se que a forma como se organizou e determinou o espaço urbano, alvo da reclamação, não resulta por incompatibilidade de usos e funções ou porque foram esquecidas importantes e imprescindíveis aspetos para a sua correta utilização, ou ainda porque outros aspetos começam a revelar-se importantes no contexto atual.

Estes casos são especialmente importantes, na medida em que permitem ao técnico a observação de situações ou soluções de projeto, que teoricamente podem apresentar toda a lógica e interesse mas na prática não funcionam.

A solução para estas situações passará por uma intervenção de raiz que pondere corretamente uma multiplicidade de fatores. Importa conhecer as características do local, as necessidades e vivências dos utilizadores e as condições do município para preservar as boas condições do mesmo.

1.6 Apoio a Atividades de Sensibilização Ambiental

Integrado no programa de ocupação dos tempos livres, a Junta de Freguesia do Lumiar promoveu cursos de Sensibilização Ambiental.

Foi contactada a CM Lisboa no sentido de fornecer apoio técnico e foi nesse contexto que a técnica preparou e apresentou “aulas” subordinadas ao tema: A Árvore.

Foram considerados três pontos essenciais:

- A árvore
- A importância da mancha verde a nível mundial e local
- A árvore na cidade

Os grupos de jovens formandos situavam-se num grau de escolaridade entre o 10º e o 12º ano. Tratou-se de grupos bastante sensibilizados para as questões do ambiente e ecologia e com consideráveis conhecimentos na área.

1.7 Profissão Liberal

Neste período a técnica também desenvolveu trabalhos como profissional liberal, em colaboração com empresas, ateliers e a título privado. Ao nível de projetos efetuados, todos foram executados, à exceção do projeto do parque urbano em S. Miguel das Encostas, concelho de Cascais, por questões alheias ao projeto.

Por se considerar que se trata de um projeto viável e atual, é esse projeto que aqui se apresenta como exemplo do trabalho desenvolvido ao nível da profissão liberal.

S. Miguel das Encostas – Parque Urbano

Trata-se de uma área de cerca de 9000m² contida entre prédios de cinco e seis pisos, com grandes desníveis, e inclinações da ordem dos 12 a 16%. Por inexistência de terrenos, no interior do aglomerado urbano, com dimensões adequadas para a implementação de uma zona de recreio com as características pretendidas pelo município, o espaço em causa (figura 17) foi considerado para a construção de um pequeno parque de recreio urbano.



Figura 17 - S. Miguel das Encostas, imagem do existente (fotografia da autora)

O programa previa a instalação de equipamento de suporte a atividades ativas, sobretudo para a faixa etária compreendida entre os 5 e 9 anos e adolescência, atividades culturais e/ou sociais. Constituía ainda objetivo da intervenção as

imprescindíveis condições para as atividades passivas e interesse de uso por parte de todas as faixas etárias.

O desnível do terreno, situação que inicialmente surgiu como grande condicionante, acabou por se revelar a grande mais-valia do espaço (figura 18). Com efeito a conceção protagonizada para o local permitirá transformar uma área urbana sem aptidão óbvia e interesse aparente num espaço qualificado e com uma dinâmica funcional e recreativa muito enriquecedora.

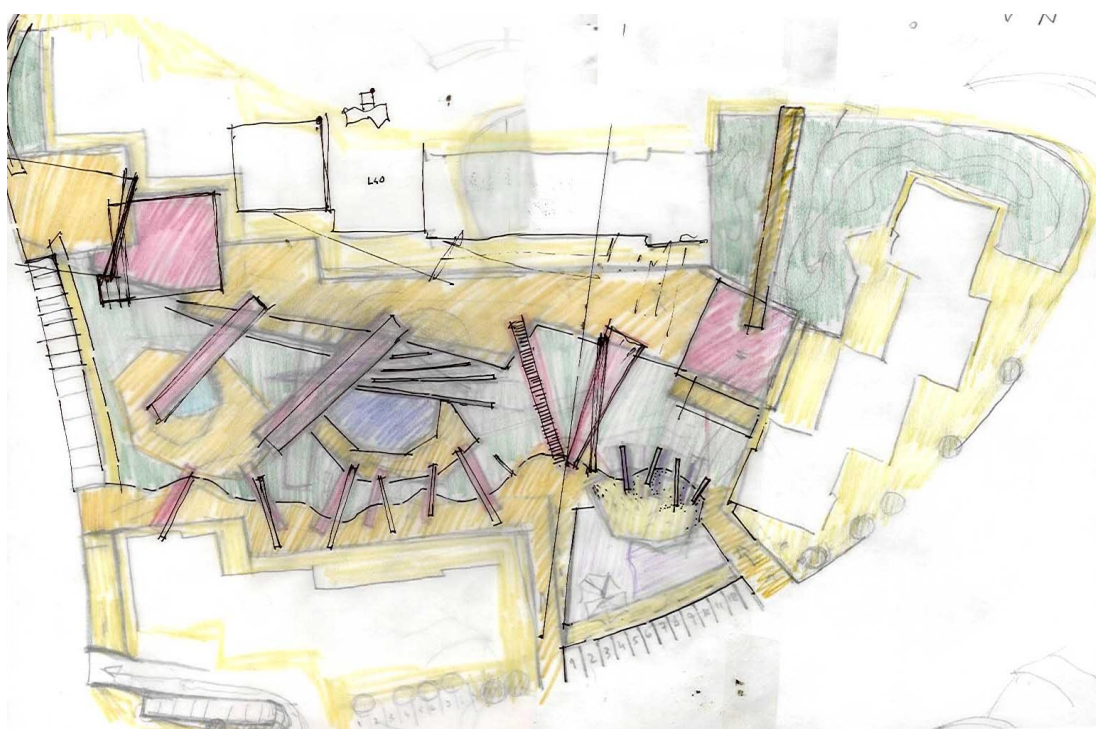


Figura 18 - S. Miguel das Encostas, estudo de análise (sem escala)

A conceção do espaço (figura 19) desenvolve-se fundamentalmente em três grandes zonas que coincidem sensivelmente com três grupos de patamares.

No patamar superior prevê-se a criação de três praças que constituem a área de entrada, receção e apreensão do espaço.

As praças e o patamar / alameda constituirão por excelência as zonas de recreio passivo.

No patamar inferior propõe-se a zona de parque infantil dirigido principalmente para a 2ª infância.

A zona de parque infantil efetua uma ligação direta com o patamar central uma vez que o mesmo se desenvolve a dois níveis de cotas (uso de escorregas encastrados na modelação).

A zona de percursos assegura a ligação entre vários patamares através de “passereles” ou escadarias independentes que possibilitam uma mais fácil concordância ao nível das cotas.

No “patamar central” propõe-se a criação de dois equipamentos de grande interesse que são o anfiteatro e a praça do espelho de água. Equipamentos esses dirigidos para pequenos eventos culturais; as suas formas informais e os materiais previstos para a sua construção atribuir-lhe-ão polivalência, podendo estes serem utilizados nas práticas recreativas do dia-a-dia.



Figura 19 - S. Miguel das Encostas, Plano Geral (sem escala)

Capítulo II - Período de 2003 a 2013 – Câmara Municipal de Évora.

2.1 Funções Exercidas e Principais Atividades Desenvolvidas

De 2003 a 2013, a técnica prestou serviço na Câmara Municipal de Évora. Como técnica superior durante os anos de 2003 a 2007 e de 2007 até à presente data como Chefe da Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental, Divisão de Ambiente e do Espaço Público desde Dezembro de 2012¹⁰.

Durante o primeiro período enquanto técnica foi responsável por:

- Elaboração dos Projetos de Remodelação dos Espaços Exteriores das Escolas do 1º Ciclo – Projeto elaborado ao abrigo do PORA – Programa Operacional da Região Alentejo / Programa Especial de Reordenamento da Rede das EB1.
- Gestão e manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio.
- Emissão de pareceres relativos a Projetos de Espaços Exteriores Urbanos de iniciativa privada e municipal.
- Análise do espaço público, nas freguesias urbanas e rurais, com propostas de intervenções pontuais ou projetos de intervenção local.
- Acompanhamento de obras.

2.2 Competências e Organização Funcional da Divisão

As atribuições da Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental, na direta dependência do Departamento de Ambiente e Qualidade, constantes da estrutura orgânica do município eram:

- Planear, promover e assegurar a manutenção dos espaços de recreio infantil do concelho;
- Promover e gerir os espaços verdes públicos;
- Apreciar projetos de espaços verdes públicos;
- Criar e manter viveiros de plantas ornamentais;
- Promover a limpeza e valorização das linhas de água dentro dos perímetros urbanos.

¹⁰ Após a reestruturação com base no DL n° 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais.

São competências da chefia coordenar e dirigir as atividades da unidade orgânica, definindo os respetivos objetivos em harmonia com a lei em vigor e tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos, nomeadamente a prossecução do interesse público, rentabilizar os recursos municipais, valorizar profissionalmente os trabalhadores criando condições objetivas propiciadoras de estímulo profissional e promover a satisfação dos destinatários da atividade, os munícipes.

Garantir a qualidade do espaço aberto público: Assegurar a conservação dos espaços verdes, e contribuir para a consolidação da estrutura ecológica urbana garantindo, assim, a qualidade ambiental, o conforto micro climático e o enquadramento estético. Proporcionar espaços lúdicos, de suporte a atividades recreativas, que interajam com os utentes contribuindo para o seu bem-estar físico, emocional e psicológico.

Anualmente, as linhas de intervenção devem dar cumprimento aos objetivos estratégicos plurianuais determinados, atendendo ao orçamento aprovado, ao pessoal adstrito à divisão e, naturalmente, às condições materiais necessárias às execuções dos trabalhos previstos na cidade e no concelho.

A Divisão organiza-se a dois níveis, no gabinete e no terreno. No gabinete, chefia e técnicos têm como funções preparar, organizar e superintender os trabalhos de manutenção, dar apoio técnico-científico às atividades de manutenção e conservação das várias tipologias de espaços abertos (jardins, matas, espaços de recreio dos estabelecimentos de ensino, piscinas, aeródromo, circuito de manutenção, cemitérios, linhas de água, percursos ambientais, etc..) e demais espaços e/ou equipamentos como elementos de água e espaços de jogo e recreio (vulgarmente designados por parques infantis), efetuar estudos de natureza científica, elaborar informações e pareceres de carácter técnico, preparar os elementos necessários para lançamento de empreitadas e concursos, elaborar o clausulado técnico do caderno de encargos, assegurar todas as ações necessárias ao bom funcionamento dos serviços, pareceres técnicos sobre processos de loteamentos de iniciativa privada ou municipal, acompanhamento de obras ou outras intervenções no espaço público, exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, despachos ou deliberações ou determinação superior.

Ao nível operacional compete aos assistentes operacionais efetuarem todas as operações inerentes à normal conservação e manutenção dos espaços abertos urbanos. Habilitadas para desenvolver qualquer função enquadrável na sua categoria, as brigadas são organizadas segundo trabalhos mais específicos como sejam: funcionamento do viveiro, trabalhos de jardinagem e manutenção dos espaços abertos incluindo as linhas de água, formalização e manutenção de percursos ambientais, manutenção de elementos de água (fontes, bicas e chafarizes), manutenção dos espaços de jogo e recreio e vigilância de jardins murados.

As brigadas são chefiadas diretamente pelos encarregados a quem compete executar funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade; executar tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos pelo pessoal da sua coordenação, executar outras atividades de apoio geral. Assegurar todas as ações necessárias ao bom funcionamento dos serviços que necessitem da sua colaboração.

Sobre o ponto de vista de uma gestão e manutenção mais sustentável, importa em primeira instância refletir sobre os espaços abertos da cidade, sua localização, quantificação, dimensão, distribuição, características e funções, para posteriormente se ponderar sobre a sua manutenção e respetiva sustentabilidade.

A Divisão que a licenciada chefia desde dezembro de 2012, DAEP - Divisão de Ambiente e do Espaço Público, na direta dependência do Departamento de Ordenamento do Território e Ambiente, tem competências alargadas sobre a gestão do Espaço Público, como constante na atual estrutura orgânica¹¹, nomeadamente:

- Aplicar e fazer cumprir a Política de Ambiente definida pela Câmara Municipal e propor iniciativas conducentes à promoção da qualidade ambiental no Concelho;
- Intervir nos processos de desenvolvimento do Concelho, da responsabilidade da administração autárquica ou que exijam parecer da Câmara Municipal, assegurando a sua sustentabilidade ambiental;
- Acompanhar estudos e ações tidos como convenientes ou necessários para a defesa dos recursos naturais do Concelho;

¹¹ Artº 21 do Despacho nº 15818/2012, DR, 2ª Série, nº 239 de 11dezembro de 2012.

- Emitir pareceres sobre projetos de infraestruturas de água, saneamento, resíduos e espaços verdes;
- Promover ou apoiar ações de sensibilização ambiental;
- Apoiar as associações de defesa do ambiente;
- Apoiar, em matéria ambiental, as juntas de freguesia do Concelho, no âmbito das respetivas competências;
- Participar, de acordo com determinações superiores, no licenciamento da ocupação ocasional do espaço público e da publicidade não concessionada em espaço público, bem como efetuar o respetivo acompanhamento;
- Assegurar a gestão do funcionamento dos cemitérios municipais;
- Emitir ou propor emissão de licenças de ruído, recintos itinerantes, recintos improvisados e acampamentos ocasionais;
- Promover medições de ruído;
- Contribuir para a Política de Ordenamento do Território a definir pela Câmara Municipal;
- Participar com os outros órgãos da Administração Pública na gestão dos recursos hídricos do Concelho;
- Gerir o Viveiro Municipal para criação de árvores, arbustos e herbáceas;
- Planear, promover e gerir os espaços públicos de recreio infantil;
- Promover e gerir os espaços verdes públicos e acompanhar o serviço de fiscalização nas respetivas obras;
- Promover a limpeza e valorização das linhas de água dentro dos perímetros urbanos;
- Propor a aquisição e instalação de mobiliário urbano (bancos, bebedouros, floreiras);
- Criar, valorizar e promover percursos ambientais;
- Assegurar a lavagem de fontes;
- Prestar apoio ao funcionamento da Comissão Municipal de Ambiente, do Conselho Cinegético Municipal, bem como de outros órgãos consultivos municipais relacionados com o domínio da promoção do ambiente e recursos naturais no Concelho.

2.3 Espaços Abertos Urbanos – Vegetação e Qualidade de Vida

Os espaços abertos com vegetação, designados como espaços verdes, são de reconhecida importância na cidade. São estes espaços que acolhem a vida vegetal e animal no meio urbano, bem como valorizam esteticamente a cidade e contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Estes espaços desempenham diversas funções, através das quais contribuem para uma nítida e inegável melhoria das condições de vivência na cidade a médio e longo prazo.

Classicamente, são-lhes atribuídas as funções biofísicas, sociais e estéticas, atualmente alguns autores acrescentam as funções educativa e psicológicas.

Do ponto de vista biofísico, confirma-se a contribuição para a estabilidade física dos espaços urbanos. Destacam-se vertentes como a climática, biológica e a hidrológica.

Quanto ao aspeto climático, estes espaços desempenham, geralmente, um papel fundamental na redução da velocidade do vento, no aumento dos níveis de humidade, na redução de níveis de radiação solar direta e na melhoria da qualidade do ar (filtram os poluentes atmosféricos, controlam problemas de poluição, assimilam o dióxido de carbono), favorecendo, assim, as condições de conforto bioclimático. São também responsáveis pela amenização da temperatura como tal têm vindo, ainda, a ser apontados como os principais atenuadores do efeito de ilha de calor urbano, nomeadamente através do efeito de sombra e de evapotranspiração. Permitem outros benefícios ambientais como atenuar ruídos e odores (OKE, 1997).

São elementos fundamentais nos ecossistemas pois garantem não só a matéria para outros seres (são a base das cadeias alimentares), bem como permitem criar condições de sobrevivência e desenvolvimentos de outros seres (graças a relações simbióticas ou são importantes locais para as aves nidificarem). Na condição de filtradores de ar, estes espaços permitem ainda, a sobrevivência de outros seres dependentes do oxigénio por eles produzido.

A nível hidrológico, são importantes intervenientes no equilíbrio do ciclo da água e, implicitamente, comportam-se como agentes de infiltração da água no solo, com efeitos na recarga dos aquíferos e nascentes, e promovem o processo de depuração da água. Por outro lado, acionam a condução de água em caso de chuvas intensas evitando,

assim, a ocorrência de cheias, minimizando a possibilidade de eventuais prejuízos no sistema de saneamento no município.

Os espaços abertos com vegetação contribuem em grande parte para a imagem visual do meio urbano sendo-lhes, assim, atribuído um grande valor estético. Estes permitem articular e modelar espaços, estabelecer a unidade paisagística de espaços desequilibrados, diversificar e dinamizar espaços uniformes e monótonos, ocultar e assimilar vistas ou fachadas desagradáveis e ainda estabelecer privacidade ou aumentar a intimidade entre edifícios.

Do ponto de vista social, os espaços abertos nas cidades, através das suas variadas valências, contribuem para a qualidade da imagem urbana acrescentando valor ao edificado e constituem o suporte físico para atividades recreativas ativas, como jogos, caminhadas, passeios de bicicleta, bem como outras atividades desportivas ou atividades hortícolas (facto determinante para problemas de saúde das sociedades modernas como a obesidade, a diabetes e o stress, entre outros) e passivas como leitura, contemplação ou simples convívio, influenciando positivamente a saúde humana, física e psíquica, quer ao nível individual, quer ao nível da comunidade¹².

A relação entre espaços abertos, nomeadamente os espaços verdes e a saúde pública tem-se vindo a impor-se como uma área de investigação importante e pertinente. Embora não se disponha de informação precisa e linear que qualifique e quantifique a influência destes espaços na saúde das populações, a relação: espaços verdes/bem-estar/saúde/qualidade de vida, tem vindo a ser identificada e estabelecida de forma direta. Tem-se, por isso, procurado expandir as ações da saúde pública para outros campos como a existência de vegetação, já que esta demonstra ser benéfica não só no tratamento mas também na prevenção da saúde, fato que vem confirmar a importância de espaços abertos com vegetação no espaço urbano. Nesse sentido, a tarefa de identificar com precisão as características ambientais que podem influenciar a vida humana e a forma como podem ser medidas e monitorizadas, tornou-se um dos grandes desafios com que se deparam atualmente os estudiosos interessados no tema e que

¹² Segundo a “Declaração de Alma-Ata”, produzida na “Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde”, Cazaquistão 1978, o conceito de saúde é entendido como o “completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”.

importa tornar objeto de ponderação e atuação por parte das várias autoridades com responsabilidades nos espaços públicos e na saúde pública.

Já foram promovidos estudos por universidades e câmaras municipais (OLIVEIRA, S., *et al*, 2008) que concluem que os espaços abertos com vegetação promovem o contato social, aumentam a longevidade, melhoram a capacidade de concentração e de disciplina das crianças (diminui atitudes de agressividade e de violência), atenuam as consequências nefastas das vagas de calor, sobretudo para crianças e idosos, estabelecem relações de vizinhança, influenciam a capacidade de relacionamento comunitário, e desenvolvem sentimentos de pertença e responsabilidade em relação aos lugares.

Muito embora a preservação e manutenção dos espaços abertos com vegetação, na cidade, possa não ter um retorno financeiro imediato, tem um significativo retorno social, permitindo, a longo prazo, ter um retorno financeiro expresso na diminuição de gastos com a saúde e económico com a redução de gastos energéticos.

É pois importante que a cidade disponha de espaços abertos com vegetação em quantidade, qualidade e distribuição funcional, seguros, limpos e confortáveis. O ordenamento do território e o planeamento da cidade não devem deixar de associar os aspetos “físicos” (infraestruturas, edificações, equipamentos, etc.) às dimensões imateriais da cidade (perceção da segurança, sentido de pertença, confiança, etc.); pensadas em conjunto, contribuirão para melhorar a qualidade de vida, bem-estar e saúde das populações.

2.3.1 A Estrutura Ecológica Urbana

A Estrutura Ecológica, enquanto instrumento de planeamento de nível municipal ou superior, visa a delimitação e formalização de espaços, onde é importante preservar características que se revelam fundamentais para o equilíbrio ecológico do território, salvaguardar sistemas e processos biofísicos com vista à proteção de recursos, prevenir ou reduzir riscos de inundações, erosões, danos causados pelos ventos e assegurar condições climáticas e ambientais determinantes na qualidade de vida das populações. Visa contribuir para a ocupação e o uso sustentável do território e, através de uma

ocupação racional do território urbano e rural, regional e nacional, assegurar o “*continuum naturale*”¹³ que deve transpor fronteiras administrativas.

O mapeamento destes espaços, deve assim, constituir um procedimento fundamental e determinante no planeamento integrado da cidade. Os seus sistemas ecológicos, que ocorrem no território urbano, devem ser identificados, reconhecidos e respeitados pela estrutura edificada que, aquando da sua implantação, deve obedecer a regras que permitam a sua preservação e articulação, assegurada através do estabelecimento de relações de continuidade. Delimitada esta estrutura fundamental, importa ainda estabelecer relações espaciais equilibradas com a malha edificada, estabelecer uma malha de espaços lúdicos e de recreio e criar sistemas de corredores, pedonais e clicáveis, permitindo um sistema de mobilidade funcional e fluido. Estes espaços podem e devem assumir-se de várias formas e desempenhar várias funções, adaptando-se a modificações funcionais de acordo com as vivências. A sua implementação pode assumir expressões muito diferentes, desde o espaço de características bastante naturalizadas, até à expressão mais artificializada, constituída pela rua arborizada. Devem, porém, constituir sempre elemento de sustentabilidade ecológica mas também de reestruturação e coesão de tecido urbano.

2.3.2 A Estrutura Ecológica da Cidade de Évora

Regra Geral, é no Plano de Urbanização Municipal que a estrutura ecológica é delimitada e aí são regulamentados os seus usos e os objetivos que se pretendem alcançar e que incluem, incontornavelmente, os escoamentos hídricos e atmosféricos e a melhoria do conforto bioclimático. Deve ainda constituir suporte de recreio e lazer para a população urbana e contribuir para a integração estética do edificado.

O Plano de Urbanização de Évora, PUE *tem por objetivo estabelecer as regras a que devem obedecer a ocupação, uso e transformação do solo da cidade; é o instrumento orientador dos planos de pormenor e regulamentos municipais sobre urbanismo que vierem a ser elaborados para a cidade de Évora.* Este Plano salvaguarda

¹³ *continuum naturale*- conceito introduzido pelo prof. Caldeira Cabral in “Continuum Naturale” e a Conservação da Natureza, em 1980, consagrado na Lei 11/87, de 7 de Abril, in Vocabulário de ordenamento do Território - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e definido como: Sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território.

a denominada “Estrutura Ecológica Urbana de Évora” (figura 20) (Título III, Capítulo II, Secção II) que delimita o *território necessário e fundamental para a manutenção do equilíbrio e qualidade dos ecossistemas naturais e humanos. Integra as áreas que pelas suas características naturais, patrimoniais, paisagísticas e urbanísticas devem assegurar um conjunto de funções ecológicas e psicossociais em meio urbano e de apoio ao recreio e lazer da população.*

O objetivo de toda a intervenção nos espaços integrados na estrutura verde é o da sua valorização biofísica e funcional adequando os usos humanos à sensibilidade Paisagística dos mesmos.

Assim os espaços aí constantes foram organizados por tipologias que se dividem nas duas classes:

1 - Espaços verdes de recreio e lazer, onde apenas é permitida a construção de equipamentos e infraestruturas de apoio a esse fim. As tipologias baseiam-se, fundamentalmente, no tipo de recreio e são: EE1 – Parques Urbanos, EE2 – Espaços verdes associados a equipamento, EE3 – Praças arborizadas, EE4 – Jardins públicos.

2 - Espaços Verdes de produção e enquadramento. Correspondem às áreas mais sensíveis do ponto de vista biofísico ou de enquadramento paisagístico onde é interdita qualquer ação ou atividade que implique a destruição do solo ou a degradação do estado atual arbóreo ou arbustivo. A tipologia é determinada pela função que desempenham no espaço urbano: EE5 – Zonas de proteção às linhas de água, EE6 – Espaços verdes de proximidade, EE7 – Arruamentos arborizados.



Figura 20 - Estrutura Ecológica Urbana da Cidade de Évora (sem escala)¹⁴

2.4. Gestão e Manutenção dos Espaços Verdes Públicos

As questões de gestão e manutenção, enquadradas nas respetivas áreas geográficas e clima, incluem vertentes comuns a todos os espaços verdes mas, no entanto, sabe-se que cada aglomerado urbano ou cada espaço concreto apresenta problemas específicos que exigem diferentes atuações.

2.4.1. Gestão dos Espaços Verdes

Poder-se-á definir gestão como a capacidade de, em cada momento, reunir os meios e métodos necessários e suficientes para aplicar na realidade existente,

¹⁴ Plano de Urbanização de Évora – Alteração publicada na 2ª Série do Diário da República nº 107 de 2 de Junho de 2011, através do Aviso nº 12113

preservando nesta o que há de positivo e alterar, na medida do seu alcance, o que não é adequado, efetuando uma correta, eficaz e eficiente utilização dos recursos materiais disponíveis, garantindo a salvaguarda dos recursos ecológicos e ambientais do local.

Há, pois, que promover uma gestão das áreas plantadas, orientada para a satisfação dos interesses e necessidades da população em geral e da comunidade local em particular, firmada no uso racional dos recursos.

Essa gestão deve ser orientada de forma a cumprir com as diretrizes que visam:

- Construir e garantir a preservação de espaços abertos que possibilitem promover a qualidade do ambiente urbano e a valorização da cidade;
- Promover o conforto microclimático urbano através do uso da vegetação;
- Promover a utilização de espécies autóctones e introdução de maior diversidade florística;
- Promover ações e procedimentos que rentabilizem e evidenciem os valores da região;
- Fornecer indicações ao gabinete e/ou equipas responsáveis pelo planeamento. A gestão não se deve cingir à adaptação local das diretrizes supra definidas, deve assumir uma postura de “feedback” fornecendo aos planeadores e decisores informações sobre a aplicabilidade das regras e seu ajustamento às realidades locais;
- Assentar em procedimentos que permitam fácil identificação de potencialidades e fragilidades, permitindo uma fácil e continua aferição com vista à obtenção de um serviço de qualidade;
- Monitorizar informação útil para fundamentar adequadas ações de gestão.

Ao nível da dinâmica laboral importa definir procedimentos que assegurem um adequado conhecimento dos espaços, com todas as características que lhe são inerentes, dos materiais, técnicas e custos, com vista a uma adequada tomada de decisão.

Devem, assim, ser ponderados os seguintes fatores:

- Competências e objetivos – definir a área de intervenção e o sentido em que vai ser orientada a gestão. Identificar objetivos estratégicos enunciados em planos e/ou regulamentos nacionais e municipais;
- Conhecimento da realidade – conhecer o contexto da situação existente e as características da região, da cidade e dos seus espaços abertos, nomeadamente os espaços com vegetação;
- Recolha, tratamento e interpretação de dados - obter informação detalhada dos espaços a tratar e de todas as suas características, definir tipologias, organizar e sistematizar procedimentos e trabalhos, hierarquizar ordens e prioridades, definindo calendarização e prazos das intervenções a executar no terreno;
- Confirmação dos objetivos - determinar com clarividência os objetivos, sua exequibilidade e prazos de viabilidade;
- Tomada de decisão – de forma racional e fundamentada definir linhas de orientação e ação;
- Confirmar estruturas funcionais e regras - determinar uma estratégia de intervenção, com diretrizes bem definidas onde se enquadram regras e procedimentos que de uma forma racional devem em cada momento adaptar-se de acordo com as circunstâncias, procurando sempre a obtenção do objetivo estabelecido;
- Definir etapas e métodos de intervenção – é importante delinear um plano de intervenção que defina e calendarize as ações regulares a efetuar, e preveja um plano de atuação para ações ocasionais, bem como identificar as áreas prioritárias de intervenção;
- Implementar e coordenar – execução - nesta face é importante um acompanhamento contínuo dos trabalhos. Quer os trabalhadores, que representam a mão-de-obra, quer os munícipes, para os quais se trabalha, são elementos fundamentais em todo este processo. Importa prestar todo o apoio técnico e de orientação aos trabalhadores e promover a sua motivação.

Todos os procedimentos devem ser monitorizados de forma a criar uma base de dados com informação útil à orientação de ações.

No que concerne aos níveis de intervenção, estabelecido o objetivo primordial - garantir a manutenção dos espaços verdes, foi efetuada uma avaliação sobre os espaços a manter e suas características o que confirmou a necessidade de definir três níveis de espaços em função do tipo de abordagem/intervenção a aplicar:

- Espaços qualificados cujas características importa manter;
- Espaços tratados cujas características importa converter;
- Espaços não tratados que importa serem incluídos na estrutura de espaços qualificados.

Organizados os espaços nestes três grupos, é necessário definir a natureza da intervenção face aos prazos curtos, médios e longos:

- Nos espaços a manter importa assegurar sempre as suas boas condições, preservando as suas qualidades;
- Nos espaços a converter importa manter as condições de segurança e higiene, preservar eventuais elementos com interesse a curto prazo, até à reconversão, posteriormente importa manter boas condições, preservando as suas qualidades;
- Nos espaços a integrar importa igualmente manter as condições de segurança e higiene, preservar eventuais elementos com interesse a curto prazo, até à reconversão, posteriormente importa manter boas condições, preservando as suas qualidades;

Chegada à face de garantir a preservação dos espaços de acordo com as características e funções, o tipo de abordagem a efetuar em cada espaço está dependente das suas características intrínsecas. Há pois que determinar tipologias em função do tipo de manutenção exigido.

2.4.2 Manutenção dos Espaços Verdes

Entende-se por manutenção o conjunto de atividades e práticas que garantam o bom e regular estado e funcionamento do objeto em causa, no caso as áreas verdes da cidade. Tratando-se de espaços predominantemente com vegetação, em permanente mutação, e sujeitos às condições e adversidades climáticas que se podem fazer sentir, sofrem uma infinidade de interações de difícil quantificação e previsão.

Estamos pois perante uma situação em que o termo manutenção assume um contexto mais amplo – trata-se de manter as características do espaço mas igualmente de garantir as condições necessárias para que o material vivo se desenvolva adequadamente, se mantenham em condições de vitalidade, sanidade e segurança durante o seu período de vida e que sejam devidamente substituídas após o mesmo, garantindo a preservação do espaço tal como foi concebido ou permitindo as alterações que se venham a revelar necessárias face a inúmeras vicissitudes do espaço urbano e seus cidadãos.

A manutenção inclui todos os trabalhos regulares e ocasionais¹⁵ que devem ser efetuados anualmente sobre as áreas plantadas de forma a garantir o seu bom estado de conservação e as condições para o seu pleno desenvolvimento, corporizando-se num conjunto de tarefas,¹⁶ que devem garantir a afetação eficaz dos recursos disponíveis.

Em primeira instância a manutenção deve incluir as ações e práticas que atempadamente garantam o contínuo bom estado dos espaços, garantindo um assíduo acompanhamento que possibilite prevenir situações anormais, dado o carácter mutável dos espaços e ainda a necessidade de os manter atuais face às pretensões (necessidades e hábitos) da população.

Idealmente todas as operações de manutenção deveriam ser de carácter preventivo, porém com frequência detetam-se situações que exigem medidas corretivas.

A manutenção deve ter por base um plano de objetivos genéricos para um prazo de dois a cinco anos, sobre o qual se estabelecem os objetivos específicos dos dois anos, definindo-se de seguida o plano anual.

Sempre que se revele útil, este plano deve fazer-se acompanhar da descrição de procedimentos, como sejam:

- Relatar técnicas a utilizar e sua relação com os fins a alcançar;
- Divulgar técnicas que tornem possível, ao mesmo custo ou inferior, a obtenção do mesmo benefício;

¹⁵ Manutenção ordinária e extraordinária, segundo MATOS, RS, “Recuperação dos Jardins Históricos em Portugal – Algumas Reflexões”, p.116

¹⁶ Definidas em função da época do ano, da fase de desenvolvimento da vegetação a tratar e da lógica sequencia operacional que permita a eficácia e eficiência da ação.

- Coordenar intervenções entre brigadas e entre serviços (produção de plantas, instalações de sistemas de rega, uso de maquinaria pesada, trabalhos especializados – pedreiro, carpinteiro, técnico de hidráulica, etc..)
- Implementar medidas de combate a procedimentos incorretos e má utilização dos espaços;
- Definir atividades de rotina, sua periodicidade e sequência, através de planos de manutenção corretamente calendarizados;
- Especificar as épocas mais adequadas para a realização de cada uma das tarefas, devendo ser respeitadas não só para assegurar o sucesso dos trabalhos, mas também para minimizar custos e impactos negativos;
- Avaliar a vantagem de contratar equipas técnicas especializadas para a execução de tarefas específicas;
- Programar trabalhos normais e prever trabalhos acrescidos.

As operações de jardinagem são muitas e diversas e, a conservação dos espaços exige diferentes trabalhos de manutenção em função da sua conceção e do material vegetal aí presente, diferindo na especificidade e quantidade de meios no caso da manutenção de espaços urbanos com vegetação, incluem necessariamente outras (varridas, limpeza de equipamento urbano, etc.) que, não sendo especificamente da área de jardinagem, devem, por questões funcionais, ser asseguradas pelos jardineiros.

Relativamente às formas e técnicas de intervenção importa que:

Os procedimentos a efetuar em cada ano sejam previstos com a possível antecedência e definidos em função dos objetivos estipulados para curto, médio e longo prazo.

Anualmente sejam ponderadas medidas de melhoramento e valorização, preventivas, de combate a situações instaladas que importa erradicar e ainda adequar intervenções, rentabilizando a sua ação e evitando prejuízos colaterais.

Definida a orientação que se pretende para a manutenção importa debruçarmos sobre os elementos fundamentais da sua execução e que são a mão-de-obra, a maquinaria e ferramentas e os recursos.

A mão-de-obra é indispensável na construção e manutenção das áreas plantadas, sem esquecer que os trabalhadores devem dispor de especialização e ou qualificação adequada nas tarefas que executam, sendo para tal importante que estes tenham formação nas áreas da manutenção e ao nível da higiene e segurança no trabalho pois trata-se de uma atividade que exige conhecimentos específicos e atuação de acordo com as boas normas de execução.

Os trabalhos devem ser mecanizados de forma a aliviar os trabalhadores e a rentabilizar as energias aplicadas, desde que tal opção não coloque em causa a qualidade de execução, nem as condições de desenvolvimento da vegetação.

Devem ainda, os trabalhadores, dispor de conhecimentos elementares sobre o bom uso das ferramentas e maquinaria, normas e recomendações de segurança, conservação e limpeza, sobre os recursos e seu uso racional.

É importante motivar o grupo de trabalho, envolver os trabalhadores enquanto seres individuais e elementos de um grupo e reconhecer a importância do seu trabalho para o resultado final.

É ainda pertinente verificar que a motivação para trabalho aumenta a autoestima e a satisfação do trabalhador aumentando a produtividade nomeadamente ao nível da qualidade do trabalho desenvolvido para além de permitir uma mútua aprendizagem, entre o trabalhador e a sua chefia.

Com efeito é preciso ter presente que quando se refere da manutenção de áreas plantadas, está inerente a atividade de jardinagem, atividade esta que requer trabalho, empenho, dedicação e arte.

O jardineiro tem uma vasta área de intervenção, desde a construção à manutenção de espaços verdes, incluindo viveiros, sendo que cada uma destas áreas inclui um amplo conjunto de tarefas que com frequência exige conhecimentos especializados.

As características para o desenvolvimento adequado da profissão de jardineiro, deverão ser entre outras:

- Poder de observação;
- Interesse e empenho na experimentação;
- Resistência física;
- Noções de geometria e de matemática;
- Noções de biologia, ecologia, e de climatologia e suas influências na vegetação;
- Paciência, sensibilidade e dedicação;
- Conhecimento das técnicas de jardinagem;
- Habilidade manual, perícia e técnica;
- Capacidade de organização;
- Ter sempre presente os valores necessários ao bom exercício profissional, incluindo o respeito pelas normas ambientais de higiene e segurança, com qualidade ambiental, o respeito pelos colegas e pelo trabalho em equipa.

Verifica-se que nos últimos anos esta atividade tem vindo a ser desprestigiada, quer pelas regras de mercado, quer pela própria legislação laboral, que, embora indiretamente, têm contribuindo para significativas perdas, quer ao nível da riqueza florística e ecológica dos locais, da sua entidade, da qualidade do desenvolvimento morfológico e fitológico da vegetação no espaço urbano, quer ainda dos gastos que se tem feito sentir a uma proporção desmesurada, nomeadamente ao nível de recursos, sendo fundamental a disponibilidade de quadros operários formados e especializados em jardinagem e em arboricultura urbana.

As máquinas e ferramentas constituem igualmente assunto de ponderação indispensável:

Para uma correta e eficaz intervenção, importa estar a par de toda a gama de máquinas e ferramentas que existem no mercado e correspondente rentabilidade, formas de funcionamento e exigências de cada uma.

É importante saber quais as atividades que podem ser efetuadas por máquinas e saber a frequência anual da operação para avaliar se determinada máquina deve ser adquirida ou se é mais rentável solicitar o serviço a uma empresa exterior.

Nesta área existe cada vez mais maquinarias “amigas” do ambiente, do utilizador e do dono, trata-se de máquinas com novas funções, com dimensões mais

adequadas ao tipo de trabalho, que produzem menos ruído e menos emissões de poluentes, são mais ergonómicas, apresentam maior conforto e maior capacidade de trabalho. A qualidade e a segurança são características que devem pois ser transversais a todos os equipamentos a utilizar.

Para uma boa gestão da maquinaria e ferramentas necessária, é importante determinar:

- A quantidade de ferramentas de cada natureza em função da utilização necessária;
- Deve ser efetuado um bom planeamento da utilização das máquinas para que a sua utilização seja o mais rentável possível e não cause atrasos nas tarefas previstas;
- Estas situações devem ser continuamente avaliadas pelo responsável;

Quanto à utilização diária das máquinas e ferramentas, por parte dos trabalhadores, importa:

- Ter conhecimento do funcionamento de cada máquina;
- Conhecer e cumprir com as regras de utilização em segurança de cada máquina;
- Saber para cada máquina quais as falhas mais frequentes e os pontos mais vulneráveis;
- Respeitar os dispositivos e medidas de segurança e guarda-las em lugar seguro;
- Assegurar uma manutenção cuidada e regular de forma a garantir o bom funcionamento da máquina e prolongar o tempo de vida útil. A limpeza e desinfeção das máquinas e ferramentas e verificação do seu estado após cada utilização são ações fundamentais para evitar prejuízos nas máquinas e fundamentalmente na vegetação;
- Ponderar a sua substituição, sempre que uma máquina ou ferramenta comece a avariar com frequência ou a fazer consumo excessivo de combustível;

A instalação e conservação dos espaços verdes exigem o consumo e uso de recursos naturais, estes podem ser utilizados da forma como surgem na natureza ou mais ou menos transformados, porém a sua utilização pressupõe, genericamente, a utilização de processos tecnológicos.

É importante fazer o uso racional de todos os recursos e dos processos de transformação reduzindo gastos evitáveis.

Os materiais, naturais ou transformados, a utilizar devem ser de boa qualidade e aplicados segundo as boas regras de construção/utilização. Preferencialmente devem ser utilizados materiais da região.

Regra geral as soluções técnicas construtivas devem ser simples, permitindo, em caso de necessidade, uma substituição rápida, fácil e pouco dispendiosa.

Aquando da conceção dos espaços abertos importa ainda avaliar a disponibilidade de recursos naturais, nomeadamente solo, água, energia e vegetação.

Acerca dos solos sabe-se que a sua composição elementar é areia, argila, calcário, matéria orgânica ou húmus e diversos óxidos e sais que secundariamente influenciam as suas propriedades físicas.

As propriedades de cada solo traduzem a sua aptidão cultural a que naturalmente corresponde uma flora própria mais ou menos diversificada. Genericamente todos os tipos de terras são propícios à cultura de um razoável número de espécies. Tirar partido do uso destas espécies permite encontrar situações exequíveis e mais económicas.

Porém também é possível corrigir o solo, intervindo nas suas características, físicas (textura, porosidade e humidade), químicas (pH e capacidade de troca catiónica) e biológicas (presença de organismos que permitem a reciclagem de nutrientes). No espaço urbano com frequência é necessário corrigir o solo, introduzindo corretivos minerais ou orgânicos, bem como proceder à eliminação de infestantes.

É fundamental conhecer as características do solo¹⁷ onde se vai instalar, ou já foi instalada, vegetação para determinar a intervenção ou procedimentos a efetuar.

Devem ser evitadas significativas movimentações do solo¹⁸, e importa garantir as condições de água, oxigénio e nutrientes, em proporções adequadas, essenciais para o

¹⁷ Faz-se com frequência a avaliação através do método “tátil-visual”, através do qual se estima a aspereza, plasticidade, resistência e dispersão do solo em água. Este teste deve ser efetuado por técnicos com prática no procedimento e bom conhecimento do solo da região, caso contrário ou em situações mais exigentes deve-se promover uma análise laboratorial.

desenvolvimento da vegetação a instalar; esta situação assume especial importância no caso de arborização em caldeira. Com efeito neste caso, frequentemente menosprezado, é fundamental garantir que há solo em quantidade e qualidade capaz de permitir o desenvolvimento das árvores até a sua face adulta. Nesta situação concreta uma das situações mais graves e frequentes é a compactação do solo.

Importa ainda verificar que é no subsolo que se podem encontrar infraestruturas, entulhos ou outros resíduos nefastos à instalação da vegetação, facto que deve ser avaliado antes de qualquer intervenção.

No que respeita à água, sendo um dos recursos naturais mais importantes uma vez que é indispensável à vida, deve a sua utilização ser feita através de controlo, gestão e uso racional de maneira a não comprometer a sua disponibilidade futura.

Devem ser desenvolvidas técnicas de conservação de água no solo e novas tecnologias de rega que permitam aumentar a sua eficiência, viabilizando a captação e utilização de águas da chuva. Deve, também, ser utilizada a água de poços ou furos e utilização de águas residuais, adequadamente tratadas.

Para sistemas de rega automatizada importa que os mesmos sejam eficientes e uniformes na distribuição de água sobre o terreno, devendo efetuar-se uma programação adequada, em períodos de reduzida evaporação e sem vento, desfasadas dos picos de consumo urbano¹⁸. A conservação dos sistemas de rega exige a sua vigilância diária para que não haja falhas de rega, bem como a sua revisão regular.

Paralelamente importa promover, quer nos grupos de trabalho, quer na população em geral, atitudes diárias de uso racional e mudança de hábitos relativamente aos consumos de água.

No que respeita à energia constata-se a sua utilização contínua das mais diversas formas, na manutenção dos espaços abertos da cidade. Trata-se de uma realidade tão

¹⁸ Sempre que ocorram deve proceder-se à decapagem da camada de terra viva e armazenamento durante a obra, para posterior reposição.

¹⁹ Sistema automático controlado por programador, idealmente ligado a anemómetro e indicador de humidade no solo.

óbvia que por vezes a contabilidade dos seus custos é esquecida, porém a sua parcela é, frequentemente bem representativa.

Com efeito diariamente são gastas avultadas quantias em consumos energéticos, atualmente imprescindíveis, para assegurar a instalação e manutenção dos espaços abertos públicos, nomeadamente dos espaços verdes, como são os casos da iluminação dos espaços, do funcionamento dos sistemas de água em circuito fechado nos elementos de água, da bombagem de água para os reservatórios de rega ou ainda o uso de eletricidade, baterias ou combustíveis para assegurar a operacionalidade das máquinas e dos veículos.

É importante pois otimizar o desempenho energético-ambiental e aderir às energias renováveis, mais sustentáveis.

KUNSTLER, (2006) descreve a importância da construção passiva com a utilização de técnicas tradicionais e o planeamento urbano de acordo com a aptidão do meio: o aproveitamento da luz solar para aquecimento e iluminação, o recurso e materiais reutilizáveis e de mínima manutenção, assim como a disponibilidade de alimentos em hortas existentes na proximidade da habitação.

No que concerne à vegetação há a notar que desde sempre nos espaços urbanos se procurou a instalação de vegetação que se contrapusesse à vegetação dominante no espaço envolvente, na procura de ambiências diferentes e de ostentação do raro. Também as alterações e artificialismo do espaço urbano levam à utilização de outras plantas que desenvolvem melhores capacidades de adaptação a este espaço ecologicamente modificado.

Porém a escolha da vegetação a utilizar deverá ter em conta uma série de fatores, sendo fundamental que a mesma seja bem adaptada às condições edafoclimáticas e ao local, este, por sua vez, deve apresentar condições para receber as espécies escolhidas na sua situação de desenvolvimento pleno, quer em termos aéreos quer radiculares, evitando situações de conflito e assegurando a necessária coabitação dos diferentes e inúmeros estruturas e infraestruturas no espaço público.

*“Para espécies que na natureza suportam o rigor de longos meses de estiagem que são frequentes no nosso clima, percebe-se que basta uma pequena ajuda de algumas regas regulares nesses meses, se o verão for demasiado agreste para que elas assegurem uma excelente aparência e um excelente desenvolvimento vegetativo – com um encargo muitíssimo menor em termos de água e manutenção do que se forem dessas espécies exóticas...”*²⁰

A vegetação a utilizar deve depender das funcionalidades do espaço (zona pedonal, de recreio, de enquadramento, etc.) e deve cumprir com determinadas características, nomeadamente:

- Ser exemplares novos, sãos e bem conformados;
- Possuir desenvolvimento compatível com a espécie a que pertencem;
- O sistema radicular terá ainda de se apresentar em bom estado morfológico e fitossanitário;
- No caso das herbáceas, deverão ser plantas sãs, fornecidas em tufos suficientemente fortes, com abundante sistema radicular ou estacas bem atempadas, de acordo com as características da espécie;
- As sementeiras deverão ser efetuadas com sementes com bom grau de pureza e poder germinativo. As sementes deverão ser provenientes de colheita sobre cuja data não tenha decorrido prazo superior a dez meses. Devem satisfazer as condições de peso e não devem ultrapassar os limites máximos normais de infestação.

Nos espaços a intervencionar a vegetação existente deve ser, sempre que possível, preservada e devidamente integrada, devendo, durante a obra, estar devidamente protegida dos trabalhos de construção e das áreas de circulação²¹.

²⁰ PESSOA, F. S., Jardins sustentáveis e vegetação local, 6º congresso ibero americano de parques e jardins públicos, Povia do Lanhoso, 2009, p. 94.

²¹ Sempre que a área a intervencionar disponha de vegetação pré existente é imprescindível a execução de um plano de medidas cautelares que vise a sua proteção.

2.5 Sustentabilidade da Manutenção

“Sustentável é a Natureza, quando entregue a si mesma, desde que o homem não interfira demasiado nos equilíbrios que se estabelecem entre os seres vivos e o meio”... “Jardim sustentável é portanto um jardim que se mantém com um mínimo de exigências exteriores e, dessa forma, se torna economicamente interessante quanto à sua manutenção.”²²

A qualidade ambiental e paisagística e a imagem estética das cidades depende significativamente dos seus espaços abertos com vegetação, nomeadamente da sua qualidade e quantidade. Porém, as características de qualidade destes espaços não devem ser conseguidas através de artifícios que exijam grandes e injustificados gastos. Devem e podem, tanto quanto possível, ser conseguidos por formas e métodos naturais, sustentáveis. Os espaços verdes de uma cidade e a manutenção que exigem devem fazer uso racional dos bens e recursos, garantindo, principalmente, a capacidade de conservação e regeneração dos recursos naturais, necessários à vida humana.

A sustentabilidade não pode ser adicionada *à priori* ela tem que assentar na utilização preferencial de plantas e na definição do traçado do espaço a partir do elemento vegetal.

A nível económico o primeiro objetivo será obter espaços verdes, que apresentem uma boa relação qualidade/custo de manutenção.

A poupança deve ser orientada de forma a não conduzir à destruição de ganhos já alcançados.

Importa referir que a avaliação custos/benefícios económicos, dos espaços verdes na cidade, deve entrar em linha de conta não apenas com os aspetos que resultam diretamente da execução do espaço, mas também com os benefícios indiretos que advêm da melhoria ambiental e que necessariamente se refletem na saúde pública e na qualidade de vida dos cidadãos.

²² PESSOA, F.S., *op. cit.*, p.93.

Ao nível dos espaços abertos públicos é fundamental acompanhar os novos conhecimentos, os conceitos, as formas de usar o espaço, a importância dos elementos do espaço, as novas formas de os trabalhar, as novas técnicas e, inclusive, as novas ameaças, estas são questões relativamente às quais se deve dispor dos conhecimentos sempre atuais. Neste contexto, a receptividade à inovação e à utilização de novas tecnologias deve ser uma constante na procura e na obtenção de espaços verdes de qualidade e de manutenção sustentável.

Ainda relativamente ao uso racional dos recursos importa expor algumas considerações:

Entende-se por sustentabilidade a capacidade de um organismo ou sistema encontrar o equilíbrio, mantendo-se de forma independente e indefinida, dispensando qualquer intervenção exterior. Desta forma, a sustentabilidade aplicada à cidade, entender-se-ia como uma realidade não alcançável.

Assim, define-se a sustentabilidade como a forma de, adaptando-se as necessidades de cada momento, dar-lhes cumprimento sem comprometer a capacidade de resposta do futuro.

Desta forma, no que concerne aos espaços verdes, na cidade, pretende-se que estes exijam o mínimo de intervenções, confirmando uma manutenção suficientemente económica, sem gastos supérfluos e desnecessários.

Importa sistematizar procedimentos de forma a garantir que o somatório das ações convirja em respostas eficazes, face às diretrizes propostas.

Atender aos custos de manutenção e à utilização racional dos recursos exige, em primeira instância, assegurar a presença da estrutura ecológica, nos locais que lhe são próprios e consequente desempenho das funções que lhe são inerentes²³, nomeadamente a sua preservação enquanto estrutura “*non-aedificandi*” de forma a beneficiar-se do funcionamento ativo dos sistemas naturais e ainda possibilitar o desenvolvimento de atividades recreativas nestas áreas sensíveis.

²³ Os espaços verdes implantados em áreas da estrutura ecológica dispõem de maior viabilidade vegetativa, exigindo menos custos quer de execução quer de manutenção.

Esta postura de atribuir aos espaços usos compatíveis com os seus valores ecológicos representa sem dúvida a maior parcela ao nível da poupança municipal. O natural funcionamento dos sistemas hidrológicos diminui os prejuízos das cheias sobre bens materiais ou pessoais; a escorrência atmosférica permite a regularização climática e térmica da cidade, estes espaços oferecem ainda ótimas condições para recreio ou para alguns tipos de produção como as hortas ou ainda, de proteção do solo. Utilizações que constituem sempre, direta ou indiretamente, benefícios para a população, ao nível do bem-estar e da saúde pública.

2.6 Os Espaços Verdes em Évora

No que concerne à cidade de Évora, importa referir que a estrutura ecológica prevista em plano de urbanização, da qual só parte está formalizada, não inclui todos os espaços verdes da área urbana. Há, pois, necessidade de, paralelamente à análise da Estrutura Ecológica da cidade de Évora, analisar os espaços verdes que existem na cidade (figura 21), pois são estes que atualmente contribuem para a qualidade de vida da cidade e é sobre estes que recai a atual gestão e manutenção.



Figura 21 - Espaços Verdes Públicos da Cidade de Évora. (sem escala)²⁴

²⁴ Planta elaborada pela equipa técnica da DAEP



Figura 22 - Espaços Verdes Públicos e Estrutura Ecológica da Cidade de Évora (sem escala)²⁵

Sobrepondo a Estrutura Ecológica e os espaços verdes da cidade (figura 22) e através do conhecimento do território urbano percebe-se da necessidade e possibilidade de tornar mais densa e funcional esta estrutura verde. Será pois importante para o município dispor de um Plano Verde que integre a Estrutura Ecológica, os espaços abertos com vegetação já existentes e outros eventuais espaços de forma a garantir uma malha contínua, articulada, coesa e integradora do património construído, valores naturais e culturais, espaços de recreio e percursos pedonais e cicláveis. Importa valorizar e promover o contato do cidadão com a natureza para que se possa usufruir dos ganhos que daí advêm.

²⁵ Planta tratada pela equipa técnica da DAEP

Reconhece-se importância em que, no perímetro urbano da cidade, os espaços abertos com vegetação ocupem determinadas parcelas concretas do território de forma a potenciar as suas funções pois considera-se importante:

- Assegurar a continuidade espacial entre as manchas da estrutura ecológica urbana, EEU, entre estas e os restantes espaços abertos com vegetação e ainda entre estes e o espaço rural, de forma a criar condições de suporte à atividade biológica, nomeadamente ao nível da diversidade;
- Assegurar a proteção e enquadramento de toda a rede viária;
- Assegurar uma rede pedonal franca, segura e funcional que articule os vários núcleos habitacionais (bairros, espaços & serviços, escolas, etc.) e privilegiando ligações temáticas (estabelecer percursos de valor histórico, arqueológico, ecológico, cultural, didático, comercial, desportivos, de formar a articular estes espaços);
- Enquadrar o edificado.
- Constituir sistemas e estruturas que manifestem a expressão territorial e cultural da cidade e do concelho, permitindo a obtenção de uma estrutura global da paisagem.

Évora tem uma considerável superfície de espaços permeáveis com vegetação a manter, mais de 50 ha no perímetro urbano. Esta área aumentou consideravelmente nas últimas décadas, resultante de novos espaços associados a novas urbanizações, da requalificação de espaços abandonados, da formalização de percursos ambientais e na inclusão de zonas de valor patrimonial, florístico, arqueológico, histórico e cultural, a preservar.

Genericamente, para efeitos de manutenção classificam-se os espaços do concelho em:

- Jardins históricos de conceção formal - onde a vegetação arbórea, arbustiva e herbácea surge bem representada, exigem uma manutenção minuciosa, grande técnica e sabedoria por parte do jardineiro;
- Os espaços verdes - de conceção mais naturalizada e utilização mais informal, dispõem frequentemente de consideráveis áreas relvadas sujeitas a pisoteio. Os trabalhos de manutenção são mais amplos e mecanizados;

- Largos e arruamentos arborizados - conferem coberto vegetal às áreas urbanas, exigem manutenção ao nível da árvore;
- Espaços de enquadramentos - espaços de dimensão muito variáveis, genericamente exigem muita manutenção com técnicas menos especializadas;
- Matas e/ou espaços naturalizados - são espaços de dimensões significativas, frequentemente com manchas de vegetação características da região e do clima mediterrânico. Os trabalhos são fundamentalmente ao nível da limpeza, com remoção de elementos ou partes secas ou doentes, reposição de elementos desaparecidos, controle de infestantes e manutenção da faixa de combustível;
- Cemitérios, há que associar trabalhos de manutenção amplos e mecanizados com trabalhos de pormenor;
- Pátios de escolas e espaços de jogo e recreio - são espaços sujeitos a grande pisoteio, por não se dispor de uma adequada capacidade de resposta à manutenção de herbáceas e/ou arbustos, a vegetação centra-se frequentemente ao nível do estrato arbóreo, garantindo-se a sua manutenção regular;
- Linhas de água - o perímetro urbano de Évora é atravessado por algumas ribeiras da bacia do Xarrama, é necessário garantir a limpeza e desobstrução do seu leito e manter a vegetação das suas margens;
- Percursos ambientais - implantados sobre ferrovias desativadas, antigos caminhos públicos ou ao longo do aqueduto, destinam-se a ser percorridos a pé ou meios de transporte não poluentes. Através desta rede de percursos dá-se a conhecer a riqueza natural e cultural das unidades de paisagem do concelho;
- Fontes, lagos e outros elementos de água - onde é necessário assegurar a conservação e a contínua limpeza;
- Espaços de jogo e recreio - onde é necessário garantir a constante limpeza e a reparação em conformidade com as normas de segurança;
- Áreas abertas - incluem espaços não formalizados frequentemente dominados por vegetação herbácea.

As ações desenvolvidas, no cumprimento das competências da divisão centram-se em objetivos a curto e médio prazo que visam:

- Assegurar a conservação dos espaços abertos públicos através duma adequada manutenção;

- Tomar medidas com vista à conservação da vegetação existente nomeadamente de combate as doenças, pragas e infestantes;
- Evitar perda de espécies, envelhecimento da vegetação em termos de mancha, desflorestação ou descaracterização de sítios;
- Assegurar a existência e eficácia da estrutura ecológica urbana e promover medidas que visem a sua qualificação;
- Requalificar espaços simbólicos da cidade, nomeadamente os jardins históricos que representam importantes valores patrimoniais. O seu uso tem registado grandes alterações em função da diferente postura social e pública dos cidadãos, torna-se pois fundamental reinterpretar estes Jardins permitindo que continuem a constituir um espaço de estadia e passeio, preservando simultaneamente os seus valores históricos e culturais;
- Assegurar o bom estado de conservação das linhas de água;
- Qualificar eixos pedonais e percursos ambientais;
- Criar itinerários destinados à dinamização de atividades desportivas de ar livre, como pedestrianismo, ciclismo todo o terreno, hipismo e outras;
- Promover a divulgação e conhecimento do património natural, arquitetónico e cultural que se encontra fora das rotas turísticas habituais.
- Importa para o efeito salvaguardar determinados procedimentos como sejam:
- Rentabilizar os recursos existentes;
- Implementar procedimentos que minimizem os custos de conservação dos espaços;
- Obter uma relação equilibrada: área de manutenção/nº de trabalhadores/maquinaria;
- Motivar e empenhar os funcionários no esforço conjunto para melhorar e assegurar o bom desempenho e imagem do serviço;
- Sensibilizar as populações para a realização de atividades amigas do ambiente;
- Promover diferentes modelos de gestão e manutenção de espaços permeáveis com vegetação fomentando parcerias entre o poder local e privados ou municípios, a título singular ou associativo.

Tem sido desenvolvido um trabalho que pretende dar corpo aos objetivos e procedimentos atrás inumerados, quer ao nível de gabinete quer no terreno. Apresentam-se algumas ações desenvolvidas e/ou implementadas.

Ao nível da manutenção dos espaços verdes foram promovidas a implementação de procedimentos e, no terreno, de medidas que visam maior eficiência dos recursos:

- Efetuar o levantamento das situações existentes;
- Elaboração de um Regulamento de Espaços Verdes. Pretende-se criar um instrumento que regulamente a utilização dos espaços verdes. (em fase de esboço);
- Criação de uma plataforma de consulta e manipulação de dados tendo em vista a gestão dos espaços verdes;
- Instalação de depósitos subterrâneos para abastecimento das redes de rega a partir de água de poços ou nascentes;
- Rega de árvores em profundidade através da instalação de tubagens nas caldeiras, para promover o desenvolvimento da raiz em profundidade oferecendo maior estabilidade à árvore e, no caso de árvores de arruamento evitando que as raízes superficiais danifiquem os pavimentos;
- Plantação de exemplares bem conformados;
- Definição de regras para abertura de valas no espaço público arborizado;
- Plantação de espécies, preparadas no viveiro do município a partir de sementes ou estacas, de exemplares bem adaptados;
- Medidas de prevenção à instalação de pragas e doenças e de erradicação de algumas pragas já instaladas;

Ao nível da análise e acompanhamento de operações de loteamentos, nomeadamente de obras de iniciativa particular têm-se sistematizado procedimentos como:

- A análise dos projetos é efetuada atendendo a vários aspetos, nomeadamente baixos custos de manutenção, adequadas condições de crescimento para as árvores e sistema de rega, automatizados, em profundidade para as árvores, e alimentados, sempre que possível, a partir de poços ou furos;
- Promover o uso de vegetação autóctone e plantação de exemplares bem conformados;

- Promover a arborização de arruamentos, incluindo a implementação de passeios com dimensões condignas;
- Promover a instalação de espaços abertos com vegetação, de manutenção reduzida;
- Promover a instalação de sistemas de regas automáticos com fonte de alimentação alternativa à rede pública e ainda, para o caso de árvores em caldeira, o sistema de rega em profundidade;
- Promover a instalação de tela de proteção, tipo “root control”, em vala paralela aos edifícios, de forma a impedir que as raízes das árvores se desenvolvam na sua direção;
- Solicitar apresentação de plano de manutenção com orçamento anual e a cinco anos;

Ao nível da divulgação, sensibilização e promoção ambiental, têm-se dinamizado projetos como:

- Projeto uma Vida uma Árvore. A Câmara Municipal planta uma árvore por cada criança nascida e residente no concelho, atribuindo-lhe um diploma e uma ficha de identificação, caracterização e localização da árvore plantada.
- Hortas Urbanas. Projeto que visa contribuir para aumentar a autonomia alimentar das famílias através da produção local, fomentar práticas de produção e consumo mais equilibradas, promover a biodiversidade, alicerçar a consciência da necessidade do desenvolvimento sustentável, potenciar a convivência familiar e comunitária e contribuir para uma melhor consciência ambiental. Os talhões para a constituição das hortas são cedidos gratuitamente aos munícipes interessados assim como a água, proveniente na albufeira do Divor, necessária para o desenvolvimento das culturas.
- Manutenção do sistema de compostagem - a compostagem é um processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, como estrume, folhas, papel e restos de comida, num material semelhante ao solo a que se chama composto. É produzido na Barba Rala a partir dos produtos provenientes da manutenção das áreas plantadas.

Ainda na área da promoção ambiental mantem-se uma participação, de carácter nacional e/ou internacional em projetos como: “Projeto Visão”, “Criar Bosques”, “Bosques do Centenário”, “Projeto Plantar Portugal”, “Projeto Eco XXI”, “Pacto de Autarcas” e “A Hora do Planeta”.

Assegura-se a estrita colaboração com os restantes serviços de forma a promover projetos ou iniciativas municipais, como são o caso:

- Projeto de Educação para a Sustentabilidade, os espaços exteriores das escolas funcionam como campos de aprendizagem, através da construção de hortas e canteiros plantados mantidos pelos alunos, com o apoio do município;
- Feira de S. João;
- Semana do Turismo.

É assegurado o acompanhamento de projetos e obras promovidas pelo município, como foram o caso:

- Recuperação do Jardim Público e da Mata - Concurso Limitado sem apresentação de candidaturas;
- Requalificação da Escola André de Resende - Projeto de Arranjos Exteriores.
- Concurso Público para a conceção e construção da EB1 e II dos Canaviais;
- EB1 do Bacelo – acompanhamento do projeto e da obra.

É promovida a execução de estudos no serviço ou em colaboração com outros serviços, como foram o caso:

- Arranjo espaços exteriores à envolvente da Arena de Évora;
- Projeto para execução de depósito e rede de distribuição de água do aqueduto para rega;
- Execução de projeto, acompanhamento de obra e execução do Jardim de S. Manços – Parque Doutor Serafim Silveira;
- Requalificação do pátio da EB1 S. Mamede.

Têm sido executadas obras de implementação ou qualificação de espaços abertos, como:

- Execução das obras de Requalificação do Jardim de S. Manços – Parque Doutor Serafim Silveira;
- Requalificação do Jardim Diana;
- Requalificação do Brasão da cidade;
- Rotunda d'Amor, instalação de relvado;
- Rotunda Manuel Francisco, instalação de relvado;
- Requalificação do pátio do centro comercial da Vista Alegre;
- Requalificação dos espaços adjacentes à Igreja dos Alamos;
- Requalificação dos Canteiros à estrada da Chainha;
- Requalificação do talude da rua dos Penedos;
- Instalação dos relvados da Horta da Porta e da Horta dos telhais;
- Requalificação dos espaços adjacentes à circular sul - Prolongamento do Carmo;
- Formalização do percurso ambiental - Caminho da Missa;
- Cromeleque dos Almendres – intervenção de estabilização do solo e criação de espaço de receção aos visitantes.

Ao nível da comunicação com o munícipe, destaca-se:

- Cultura de proximidade desenvolvendo o contato direto com os munícipes por via pessoal, telefónica, e-mail ou outras;
- Introdução de textos e fotografias na página WEB da CME, centrados nos temas do Ambiente e Espaços Verdes;
- Adesão ao projeto "A Minha Rua", disponível no Portal do Cidadão, da responsabilidade da AMA (Agência para a Modernização Administrativa - Presidência do Conselho de Ministros);
- Adesão ao Sistema de Gestão da Qualidade que visa a qualidade geral dos serviços prestados ao munícipe.

É também garantido um papel dinamizador estabelecendo articulação direta com entidades que desempenham importante papel no desenvolvimento do concelho:

Com a Universidade de Évora, a divisão tem proporcionado estágios curriculares, de licenciatura e de mestrado. Tem ainda mantido, com o departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da UE uma plataforma de diálogo e partilha de conhecimentos.

Com outras entidades:

O serviço colabora ativamente em programas de integração ou reabilitação individual proporcionando diferentes estágios em parceria com outras entidades, a saber:

Centro de emprego e formação profissional, Cerci Diana, Estabelecimento prisional de Évora, Ministério da Justiça, COMPETIR-Chão dos meninos, Escola da Malagueira, etc.

Considerações Finais

*“Para que a humanização coexista em termos sustentáveis com a Paisagem que lhe deu origem, é indispensável preservar o funcionamento dos sistemas ecológicos que lhe estão subjacentes, dos quais o Homem depende, quer física, quer psicologicamente”*²⁶

A cidade representa a apropriação de um determinado território onde se instalam múltiplos sistemas justapostos entre si para possibilitar a vida em comunidade. As cidades têm presenciado grandes alterações ao nível da ocupação do território, porém nem sempre positivas ou vantajosas. Vivemos recentemente um período onde, com frequência, se prescindiu de acompanhar o avanço da ciência e da tecnologia com os conhecimentos e tradições culturais, assim se travou um afastamento da cidade e dos seus espaços abertos, das suas características específicas e da sua individualidade. Provocaram-se perdas ao nível da identidade do local e promoveu-se um conforto conseguido com enormes gastos, incluindo o consumo de recursos não renováveis.

Há que alterar esta linha de ação, promover o conforto urbano em conformidade com as boas regras de uso do solo e em respeito com os recursos disponíveis. Atendendo a estes princípios, importa que o território urbano disponha da permeabilidade necessária para aí se constituir um sistema contínuo de ocorrências naturais - *continuum naturale* e, através da correta implementação da estrutura ecológica, que potenciando os recursos existentes, salvaguarde a necessária articulação e sobreposição dos diferentes sistemas/planos que constituem a vida na cidade – ecológico, edificado, mobilidade, cultural, histórico, social e económico e concilie a funcionalidade das estruturas permanentes com a flexibilidade de uso imprescindível na cidade de hoje, em permanente transformação.

É a partir desta base que se deve assumir a abordagem de intervenção nos espaços urbanos. A intervenção, na escala da cidade, deve atender à regeneração dos recursos naturais e integração dos elementos da paisagem, garantir a qualidade estética e

²⁶ MAGALHÃES, M.R., *A Arquitetura Paisagista. Morfologia e Complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001, pp. 429 – 430.

cénica do lugar, procurar novas e diferentes ambiências, estruturalmente integradas, assegurando espaços abertos que valorizem a cidade no seu todo, e que ordenem a cidade em relação ao Homem e para o Homem.

A propósito da atividade profissional da licenciada, cabem as seguintes considerações:

A técnica iniciou a sua atividade profissional nas áreas de ordenamento do território e do projeto, revelando, desde logo, interesse particular no projeto.

O fato de ingressar no quadro técnico da câmara municipal de Lisboa abriu-lhe a possibilidade de trabalhar na área do projeto, nomeadamente no projeto do espaço aberto público, área que lhe despertou grande interesse e a motivou. Aí procurou sempre adquirir maior conhecimento e domínio, a procura pela especialização foi uma constante. O enriquecimento ao nível de qualificação e experiência da técnica resultou, sem dúvida, da sua postura mas igualmente das possibilidades que o serviço lhe proporcionou, salientando-se como bastante positivo a oportunidade de contactar, consultar e dialogar com serviços com competências noutras áreas. Por outro lado, o facto de poder integrar equipas pluridisciplinares e executar trabalhos em coautoria, foram igualmente importantes para melhorar e sedimentar a experiência adquirida.

Foi gratificante a receção do prémio Valmor alcançado pela conceção e execução do projeto de um espaço de uso público, inserido na malha urbana de Lisboa – Parque Urbano da Quinta das Conchas e dos Lilases.

Questões de circunstância levaram a técnica a desempenhar funções na área de gestão dos espaços verdes urbanos. Área que tem vindo a despertar cada vez mais o seu interesse. Primeiro, o conhecimento mais profundo sobre a vegetação, depois o interesse pelo conhecimento e arte de criar condições adequadas ao correto seu desenvolvimento de forma a preservar e a manter em condições de excelência. Mais tarde, surgiu o interesse de conseguir este último estágio sem gastos desnecessários ou supérfluos; hoje, em que este conhecimento se revela como uma das melhores especializações na área do projeto, perspetiva-se o desenho dos espaços abertos públicos fazendo uso das mais-valias adquiridas com vista a obter um espaço comunitário de excelência.

Contributo para esta análise e perceção foi sem dúvida a elaboração do presente relatório. Foram, neste âmbito, alcançados os objetivos propostos aquando da apresentação da candidatura ao mestrado, nomeadamente ao nível da organização e sistematização de conhecimentos e ainda, através da mais estreita relação estabelecida com a escola, aferir conceitos, metodologias e procedimentos.

Considera-se que o resultado constituiu e constituirá, uma prestação positiva, para a técnica, para a escola, para a entidade empregadora e para o bem público.

Referências Bibliográficas

A bibliografia que se apresenta refere obras que de alguma forma têm acompanhado o desempenho técnico da licenciada e que, neste relatório foram consultadas para confirmar ou aferir conceitos.

ABREU, A.C., *Análise Biofísica – Revisão do PDM de Évora*, Câmara Municipal de Évora, Évora, 2003.

ALMEIDA, Carmen (Coord.) – *Riscos de um século: memórias da evolução urbana de Évora* [catálogo de exposição]. Évora: Câmara Municipal de Évora. Arquivo Fotográfico Municipal, 2001.

CABRAL, F. C. (1980) O “Continuum Naturale” e a Conservação da Natureza, Comunicação no seminário “Conservação da Natureza”, Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente, 18 e 19 de Abril de 1980, pp. 35-54.

CABRAL, F.C., *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*, 2ª Edição, Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa, 2003.

CABRAL, F.C & TELES, G.R. *A Árvore em Portugal*., 2ª edição, Lisboa Assírio e Alvim, 2005.

CARVALHO, J., *Évora administração urbanística*, Edição Câmara Municipal de Évora, Évora, 1990.

CASCAIS, M.J.M.T.V.F., *A Urbanização dos Homens e a Urbanização dos Espaços – O Caso Particular do Alentejo*. Tese de Doutoramento Universidade de Évora, Évora, 1993.

KUNSTLER, J., *apud* RIBEIRO, R., *A cidade do Futuro – Visão do Sistema de Paisagem*, caso de estudo da cidade de Lisboa, tese de mestrado em Arquitetura Paisagista, ISA – UTL, Lisboa, 2010, pp 41.

LOPES, C.F, *Plano de Estrutura Verde de Castelo Branco, contributo para uma nova vivência da cidade*. Trabalho de Fim de Curso de Arquitetura Paisagista, Universidade de Évora, 2002.

MAGALHÃES M.R., *Estrutura Verde Urbana: conceitos, normativa e aplicação à zona periurbana de Lisboa*, ISA, Lisboa, 1992.

MAGALHÃES, M. R., *Espaços Verdes Urbanos*, DGOTDU, 1992.

MAGALHÃES, M.R., *Paisagem Urbana e Interface Urbano Rural Paisagem*, DGOTDU, Lisboa, 1994.

MAGALHÃES, M.R., e TELLES G. R., *Plano Verde do Concelho do Seixal, 1ª fase*, ISA, Lisboa, 1995.

MAGALHÃES, M.R., e TELLES G. R., *Plano Verde do Concelho do Seixal, 2ª fase: Área nascente*, ISA, Lisboa, 1996.

MAGALHÃES, M.R., *A Arquitetura Paisagista. Morfologia e Complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001.

MANSO, A., *Espaços Exteriores Urbanos sustentáveis*. Guia de Conceção ambiental, Secretaria de Estado da Habitação, Ministério do Equipamento Social, Lisboa, 2001.

MATOS, R.S., *Recuperação de Jardins Históricos em Portugal – Algumas Reflexões*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico, Évora, 1999.

NAÇÕES UNIDAS, COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, *Our Common Future*, Oxford: Oxford University Press, 1987.

OLIVEIRA, S., ANDRADE, H., ALCOFORADO, MJ, & VAZ, T., “ *O contributo Potencial dos Espaços Verdes para a Adaptação às Alterações Climáticas nas Cidades – O exemplo de dois jardins de Lisboa*”, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, 2008.

OKE, T. R. (1997) “Urban climates and global environmental change”, in Thompson and Perry (Eds.), *Applied Climatology*, Routledge, London: 273 – 287.

PESSOA, F.S., “Jardins Sustentáveis e Vegetação Local”, 6º Congresso Ibero Americano de Parques e Jardins Públicos, Povia do Lanhoso, 2009, p. 94.

SANTOS, M.A. & BRITO J.A., *Plano de Estrutura Verde de Faro*, Câmara Municipal de Faro, Pelouro do Planeamento Urbano, Faro, 1997.

SIMÕES, P.M.S., *Paisagens. Uma experiência*. Trabalho de Fim de Curso de Arquitetura Paisagista, Universidade de Évora, 1998.

TELLES G.R., *Paisagem*, DGOTDU, Lisboa, 1997.

TELLES G. R., *Plano Verde de Lisboa*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

Legislação

Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87 de 7 de Abril alterada pela Lei 13/2002 de 19 de Fevereiro).

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Plano de Urbanização de Évora – Alteração publicada na 2ª Série do Diário da República nº 107 de 2 de Junho de 2011, através do Aviso nº 12113.

Plano Diretor Municipal de Évora, 1ª revisão, Diário da República, Regulamento 47/2008, de 25 de Janeiro.

Manuais e Revistas

Manual de Boas práticas em Espaços Verdes, Câmara Municipal de Bragança, 2010.

Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos 26, Abril 2007, Direção Geral dos Edifícios e monumentos Nacionais.

Sites

Consultados a 16 de março de 2013:

<http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=4108>

www.cm-lisboa.pt/equipamentos/.../jardim-da-alameda-roentgen

<http://cidadaniaix.blogspot.pt/2012/04/camara-de-lisboa-cria-novo-espaco-verde.html>

Curriculum Vitae

Parte II

Estrutura do Curriculum

1 - Identificação

2 – Percurso Académico

3 – Atividade Profissional

3.1 - Cargos Desempenhados, Entidade Empregadora

3.2 - Experiência Técnica - Profissional

3.2.1.Câmara Municipal de Évora

3.2.2.Câmara Municipal de Lisboa

4 – Prémios ou Distinções Recebidas

5 – Comissões, Representações ou Participações

5.1 – Câmara Municipal de Évora

5.2 – Câmara Municipal de Lisboa

6 - Tarefas de Coordenação e Representações

7 - Cursos de Formação Profissional

8 - Seminários e Congressos

9 - Experiência como Profissional Liberal

9.1 – Atelier “Luis Cabral”

9.2 – A Título Individual

1 - Identificação

- . Maria Teresa Dias Cordeiro Féria
- . Beja, 1962
- . Bilhete de Identidade - nº6307596, 15.09.2015, Évora
- . Contribuinte nº - 126031738
- . Morada – Rua João Villaret, nº68, Quinta da Vista Alegre, 7000/909, Évora
- Telf. – 266 084804
- Tm – 96 5766392
- . Membro nº 210 da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas - APAP

2 – Percurso Académico

- 1991** - Licenciatura em **Arquitetura Paisagista** - Universidade de Évora - 13 valores
- 1991** - Estágio efetuado sob orientação do Arq. Paisagista Luís Manuel Vassalo Cabral, sobre o tema:
“Projetos de Espaços Exteriores e Algumas Experiências em Ordenamento do Território” - 15 valores
- 1989** – Conclusão do Plano curricular
- 1983** - Disciplina extra curricular - **Projetos de Biofísica I**

3 – Atividade Profissional

3.1 - Cargos Desempenhados, Entidade Empregadora

- 2012 – 2003** – Desempenho de funções enquanto Arquiteta Paisagista na Câmara Municipal de Évora.
- 2013 – 2012** – Chefe da Divisão de Ambiente e Espaços Públicos;
- 2012 – 2007** - Chefe da Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental;
- 2007 – 2003** – Técnica Superior;
- 2003 – 1991** - Desempenho de funções enquanto Arquiteta Paisagista na Câmara Municipal de Lisboa, como técnica superior;
- 1991 – 1989** – Desempenho de funções enquanto Arquiteta Paisagista Estagiária no atelier de Arquitetura Paisagista – Arq. Paisagista Luís Cabral;
- 1986 – 1985** – Exercício da atividade de docente, na disciplina de biologia, na Escola Secundária no 1 de Beja;
- 1988 - 1988** - Colaboração num Projeto de Investigação, do Departamento Biofísico e Paisagístico - **“Levantamento Sistemático da Paisagem Alentejana”**, Universidade de Évora.

3.2 - Experiência Técnica - Profissional

3.2.1.Câmara Municipal de Évora

Funções e Cargos

2013 – 2012 - Desempenho do cargo de Chefe da Divisão de Ambiente e Espaço Público, no Departamento de Ordenamento do Território e Ambiente.

2012- 2008 - Desempenho do cargo de Chefe da Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental, no Departamento de Ambiente e Qualidade.

2007 – Inicia funções como chefe de divisão – DEVQA, em regime de substituição.

2007 - 2003 - Desempenho das funções de Técnica Superior.

2007 – 2004 – Departamento de Ambiente e Qualidade – Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental.

2004 – 2003 - Divisão de Equipamento Urbano e Ambiente.

. 2007.06.18 – Ingressa na categoria de técnica superior principal.

. 2005.11.14 – Transferida para o quadro da Câmara Municipal de Évora.

. 2005.06.23 – Prorrogação da requisição.

. 2004.05.23 – Prorrogação da requisição por mais um ano.

Principais Trapalhos e Atividades Desenvolvidas

2013 – 2012 – Chefe da DAEP.

2012– 2007 – Chefe da DEVQA.

2007–.2006

- Gestão e Manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio da área urbana.

- Emitir pareceres relativos a Projetos de Espaços Exteriores Urbanos de iniciativa privada e municipal.

- Análise do espaço público, nas freguesias urbanas e rurais, com propostas de intervenções pontuais ou projetos de intervenção local.

- Acompanhamento de obras de iniciativa particular.

- Acompanhamento da obra de execução do “Projeto de Arranjos Exteriores às Muralhas – 2ª fase”, Projetista – Francisco Caldeira Cabral.

2006 - 2003

– Colaboração / Execução do Projeto “Uma Vida Uma Árvore”.

- Elaboração dos Projetos de Remodelação dos Espaços Exteriores das Escolas do 1º Ciclo – Projeto elaborado ao abrigo do PORA – Programa Operacional da Região Alentejo / Programa Especial de Reordenamento da Rede das EB1.

- Gestão e Manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio Públicos

- Nas Freguesias de Horta das Figueiras, N^a Sr^a da Saúde, N^a Sr^a de Machede, São Miguel de Machede, São Vicente do Pigeiro, São Braz do Regedouro, Torre de Coelheiros e São Manços:

- Emitir Pareceres relativos a Projetos de Espaços Exteriores Urbanos de iniciativa Privada e Municipal.
 - Análise do espaço público, nas freguesias urbanas e rurais, com propostas de intervenções pontuais ou projetos de intervenção local.
 - Acompanhamento de obras de iniciativa particular.
- Representante da DEUA para acompanhamento de obra para execução do “Projeto de Arranjos Exteriores às Muralhas – 1^a fase”, Projetista – Francisco Caldeira Cabral.

3.2.2.Câmara Municipal de Lisboa

Funções e Cargos

2003 – 1991 - Desempenho das funções de Técnica Superior, na Direção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes e , posteriormente, Direção Municipal de Ambiente Urbano.

- . 2001.06.26 - Ingressa na categoria de técnica superior de 1^a classe.
- . 1997.08.20 - Ingressa na categoria de técnica superior de 2^a classe.
- . 1996.01.10 – Ingressa no Quadro da C.M.L.
- . 1991.05.02 - Ingressa na C.M.L. (contrato de prestação de serviços)

Principais Trabalhos e Atividades Desenvolvidas

Estudos e Projetos

2003

- **Quinta das Conchas e dos Lilazes – Parque de Recreio Urbano –**

Obra executada.

Equipa Técnica – Arq. Pais. Teresa Cordeiro (Coordenadora), Arq. Pais. Sandra Somsen, Arq. Paulo Pereira e Eng. José Chaparro.

Acompanhamento, apoio e articulação dos projetos de infraestruturas gerais.

Mata – conclusão do Projeto de execução.

- **“Jardins Históricos de Lisboa – Reinterpretação do Espaço Jardim”** – Análise dos elementos estruturantes e representativos do Jardim. Avaliação da sua utilização e funcionalidade.

- **Largo Barão de Quintela** - Estudo Prévio e Análise da Proposta para um parque de estacionamento público

– Colaborante nos documentos – **“Diretrizes para elaboração de Projetos para os Espaços Exteriores no município de Lisboa”** e **“Diretrizes para avaliação de Processos na CPLOOL – Comissão Permanente de Licenciamento de Obras e Operações de Loteamento.**

- Ponderações sobre o papel da DEP na CPLOOL, forma de tratar e sistematizar a informação.

- **“Estudo Valorização dos Eixos Viários Eixo Norte/Sul e 2ª Circular”.**

- Estudo da 2ª Circular - Unidades de Paisagem

2002

- **Quinta das Conchas e dos Lilazes – Parque de Recreio Urbano**

Mata – Projeto de Execução

Exposições públicas.

Reuniões Públicas.

Rua H1 – Cenários possíveis, projeto, enquadramento no P.D.M.

Levantamento, caracterização e avaliação das árvores afetadas pela obra da Rua H1

- **Quarteirão Mahatma Gandhi – Estudo Prévio.**

Equipa Técnica – Arq. Pais. Teresa Cordeiro (coordenadora), Arq. Pais. Sandra Somsen, Arq. Paulo Pereira.

- **Jardins Históricos** – Levantamento, análise e sistematização dos elementos constituintes da situação atual.

- **“Estudo Valorização dos Eixos - 2ª Circular”** – Levantamento e análise da situação.

- **“Estudo Valorização dos Eixos –Eixo Norte - Sul”** – Levantamento e análise da situação.

- Proposta de Valorização para o espaço **“Meribérica”**.

- **Mário Sampaio Ribeiro** – estudo do talude

- **Parque Urbano da Marquesa de Fora** – Carnide – Luz – Coordenação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas Arq^{as} Patrícia Valle e Rita Gomes.

2001

- **Quinta das Conchas e dos Lilazes – Parque de Recreio Urbano** – Alameda da Água - Projeto de Execução.

Estudo do Muro Lilazes/Urbanização das Conchas – Colaboração com a COPRAD.

Articulação do programa funcional com a Divisão de Matas.

Definição e análise da exequibilidade do programa da Divisão de Desporto.

Apresentações Públicas

- **CERCI** – Alteração ao projeto inicial, fase a novas necessidades e novo programa educativo da escola.

– **Quartirão Mahatma Gandhi** – Programa Base.

- **Alameda Roentgen** – Coordenação da Proposta apresentada pela DPEV com o trânsito, Concessionárias e Promotores Locais.

Apresentações Públicas.

- **Parque Urbano da Marquesa de Fora** – Carnide – Luz –.Orientação e acompanhamento dos trabalhos ao nível do projeto Base.

- **Quinta da Amoreira** – Proposta de alteração ao projeto existente.

- **Escola Primária nº 76** – Análise e definição das principais intervenções a levar a cabo – coordenação e acompanhamento do Projeto de Execução desenvolvido pelas Arq^{as} Maria José Miranda e Alexandra Curado.

- Elaboração do dossier – “Relação dos projetos e respetivas áreas para futura manutenção – DPEV”

2000

– **Quinta das Conchas e dos Lilazes – Parque de Recreio Urbano**

Elaboração do Projeto de Execução da Quinta segundo uma filosofia de Parque Urbano de Recreio – enquadrado e integrado na Urbanização do Alto do Lumiar.

Equipa Técnica – Arq. Pais. Sandra Somsen, Arq. Paulo Pereira e Eng. José Chaparro.

– **Talude Amílcar Cabral** – Projeto de Execução.

Coautoria Eng. Cesarina Tremoceiro.

- **Quinta dos Inglesinhos – Alameda Roentgen** – Projeto de Requalificação do Espaço Exterior – Projeto de Execução.

Obra executada.

Coautoria Arq. Pais. Sandra Somsen.

– **Quinta das Conchas e dos Lilazes** – Estudo de Avaliação de Árvores segundo a “Norma Granada” .

Colaboração com o Eng. Helder Dias (Div. de Jardins).

1999

- **Jardim Mahatma Gandhi** – Projeto de Execução.

Obra da 1ª Fase executada.

- Bairro da Cruz Vermelha – **Plano de Plantação dos canteiros do lote 19.1.**

– **Projeto de Desenho Urbano da Rua Mário Sampaio Ribeiro.**

Colaboração com a Arq. Sofia Andrade.

- **Quinta dos Inglesinhos – Alameda Roentgen** – Projeto de Requalificação dos Espaços Exteriores – Estudo Prévio.

Coautoria Arq. Sandra Somsen.

– **Talude Amílcar Cabral** – Estudo Prévio.

Coautoria Eng. Cesarina Tremoceiro.

1998

- Enquadramento Paisagístico da **Mesquita – Comunidade Islâmica** – Projeto de Execução.

Coautoria Arq. Paula Alves.

Obra executada.

– **Talude Amílcar Cabral** – Análise do Grau de Estabilidade e Evolução Provável – Medidas Preventivas.

Coautoria Dr. Nuno Pereira.

– **Mário Sampaio Ribeiro** - Projeto de Valorização Paisagística – Estudo Prévio.

Colaboração com a Arq. Sofia Andrade.

1997

– **Mário Sampaio Ribeiro** - Projeto de Valorização Paisagística – Estudo Prévio.
(Apresentação de duas propostas em função de dois cenários financeiros).

- Quinta das Lavadeiras - **Projeto de Execução da Rua Cidade de Tomar.**

1996

- **Jardim Mahatma Gandhi** – Estudo Prévio.

- **Alameda Mahatma Gandhi** / Quinta da Paz – Integração Paisagística - Estudo Prévio.

Coautoria Arq. Sandra Somsen.

- **Rua Quinta das Lavadeiras e Rua Cidade de Tomar** – Ameixoeira – Intervenção Paisagística.

– **Quinta das Conchas e dos Lilazes** – Recuperação e Valorização.

Projeto de Execução elaborado em função do programa aprovado em 94.

Filosofia de intervenção – preservar todos os elementos estruturantes, culturais e vegetais existentes na Quinta e evidenciar o carácter de Quinta de Recreio.

– **Av. de Roma** – Prc. n.ºs 68 a 74 – Projeto de Execução.

Obra executada.

- **Quinta do Lambert – Jardim** - Rua Agostinho Neto e Amílcar Cabral –Estudo Prévio.

– Quinta das Conchas e dos Lilazes – **Resenha Histórica.**

– **Plano de Arborização de Lisboa** das Freguesias do Lumiar, Ameixoeira, Charneca, Campo Grande e S. João de Brito.

1995

- **Plano de Plantação** das Floreiras da Alameda Mahatma Gandhi,

Obra executada.

- **Escola Primária n.º 31** – Remodelação do Parque Infantil.

- **Escola Primária nº 57** – Remodelação do Parque Infantil.
- **Estudo Fitopatológico da Vegetação da Quinta das Conchas e dos Lilazes.**
Colaboração com o Laboratório de Patologia Vegetal “Veríssimo de Almeida”.

1994

- **Quinta das Conchas e dos Lilazes – Recuperação e valorização** – Projeto de Execução.
- **Estudo de análise relativo à Capacidade de Suporte e Compatibilidades de Uso e Equipamento** a prever na Quinta das Conchas e dos Lilazes.

1993

- **Largo da Igreja** - Alto do Restelo.
- **Rua João de Paiva** - Alto do Restelo.
- **Zona do Parque Infantil** - Alto do Restelo.

1992

- **Espaço entre a Rua Tristão Vaz e Rodrigues Reinél** - Alto do Restelo.
- **Rua Rodrigues Cabrilho** - Alto do Restelo.
- **Projeto de Execução de Pista de BMX e Enquadramento e integração de pista de Skate.**
A integrar na Quinta das Conchas e dos Lilazes.

1991

- **Quinta das Conchas e dos Lilazes – Estudo Prévio.**
(Estudo executado segundo o programa apresentado pelo Gabinete de Planeamento Estratégico).
Proposta Vencedora.

3.2.2.2.2 – Análise de Projetos

2003–2000 - Análise de Processos e Elaboração de Pareceres na Comissão Permanente de Licenciamento de Obras e Operações de Loteamento.

2000 - Análise de Processos e Elaboração de Pareceres de Estudos sujeitos a Parecer da DPEV.

1999-95 - Coordenação e Análise dos Processos da área das Freguesias do Lumiar, Ameixoeira, Charneca, Campo Grande e S. João de Brito.

- Pareceres Relativos a Propostas de Intervenção e/ou Ocorrências referentes a área das Freguesias do Lumiar, Ameixoeira, Charneca, Campo Grande e S. João de Brito.

1995-91 - Análise de Processos e Elaboração de Pareceres de Estudos sujeitos a Parecer da DEV.

3.2.2.2.3 – Acompanhamento de Obras

2002

– Acompanhamento da obra de saneamento na Alameda da Água – quinta das Conchas e dos Lilazes.

2001

- Mário Sampaio Ribeiro – Acompanhamento da obra.

Alameda Roentgen – Acompanhamento da obra da fonte.

Cerci – Acompanhamento da obra.

Jardim Mahatma Gandhi – Colocação de equipamento.

2000

– Orientação e acompanhamento das obras/intervenções do Metropolitano de Lisboa no interior da Quinta das Conchas e dos Lilazes e nas estações imediatas.

– Transplante de Árvores do Palácio Sotto Mayor para a Quinta das Conchas.

1999

- Transplante de Árvores das Oficinas Gerais de Material de Engenharia – Ajuda, para a quinta das Conchas.

– Transplante de Árvores no interior da Quinta das Conchas.

– Transplante de Árvore da Ameixoeira para a Quinta das Conchas.

– Transplante de Árvore da Ameixoeira para a Mesquita.

1998

- **Jardim Mahatma Gandhi** – Execução da 1ª fase do projeto.

- Enquadramento Paisagístico da **Mesquita – Comunidade Islâmica**.

- Gestão e acompanhamento da obra do loteamento particular Rio Seco – Ajuda.

- Talude das ruas Castiça e do Lumiar – Obra de Recuperação Paisagística.

Obra da Junta de Freguesia do Lumiar.

1997

- Rua Quinta das Lavadeiras e Rua Cidade de Tomar – Ameixoeira – Intervenção Paisagística – Plantação da Rua Cidade de Tomar.

1996

- Escola Primária nº 57 – Colocação de Equipamento Infantil.

4 – Prémios ou Distinções Recebidas

2005 - Quinta das Conchas e Lilazes – Parque Urbano - PRÉMIO VALMOR

5 – Comissões, Representações ou Participações

5.1 – Câmara Municipal de Évora

2013 - Exposição sobre Planeamento e Gestão de Hortas Urbanas no Município de Évora, Horticultura no Contexto Urbano, ICAAM – UE, Évora.

2012 - Membro, enquanto dirigente, do Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Évora.

2012 – 2006 - Membro da Comissão de Fiscalização dos EJR privados.

- Membro do júri do Concurso Inter-Universidades de Arquitetura Paisagista, organização “Land and Art” Alunas de Mestrado da Universidade de Évora.

2010 - Membro, enquanto dirigente, do Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Évora.

2009 - Membro suplente do júri de avaliação do concurso para prestação de serviços para a elaboração de projeto para espaço público e equipamento urbano para a acrópole de Évora e área envolvente.

Orientação de estágios:

2013

- Coorientadora do estágio, no âmbito do Mestrado de Arquitetura Paisagista, da licenciada Maria José baixinho Pastorinho, sobre o tema - “As Árvores de Arruamento . Um Estudo para a Cidade de Évora”.

2012

- Coorientadora da dissertação de Mestrado de Arquitetura Paisagista, da licenciada Anne Romaine Mathilde van Krimpen, sobre o tema - “A Aplicação da Norma de Granada como Método de Avaliação das Árvores de Arruamento da Cidade de Évora” (2010 – 2012).

- Orientadora do Estágio Curricular (130h) do aluno de Arquitetura Paisagista

Luis Miguel Sanches Traguil, sobre o tema “Árvores Ornamentais - método de propagação”, Universidade de Évora.

2011

- Orientadora do Estágio Curricular (130h) do aluno de Arquitetura Paisagista

Tiago Miguel Borrazeiro Boeiro, sobre o tema “Herbáceas de Revestimento”, Universidade de Évora.

- Orientadora do Estágio Curricular (130h) do aluno de Arquitetura Paisagista

Sandro David Pinheiro Frango, sobre o tema “Relvados”, Universidade de Évora.

- Orientadora do Estágio Curricular (130h) da aluna de Arquitetura Paisagista

Ana Raquel Costa Pais, sobre o tema “Viveiro da CME”, Universidade de Évora.

- Orientadora do Estágio Curricular (130h) da aluna de Arquitetura Paisagista

Maria Elisa Correia Ferreira Mendes, sobre o tema “Viveiro da CME”, Universidade de Évora.

- Coorientadora do estágio de Mestrado de Arquitetura Paisagista, da Licenciada Sofia Fernandes, sobre o tema – “Revisão da Estrutura Ecológica Urbana de Évora”

2008

- Orientadora do estágio profissional – PEPAL do Arquiteto Paisagista Luís Passarinho.

2006

- Orientadora do estágio curricular, no âmbito da Arquitetura Paisagista, de Ana Marta Afonso Rodrigues Godinho Ferreira.

Concursos:

2009

- Membro do júri, para o concurso Assistente Operacional – Jardinagem, 27-01-09, D.R. N.º 98, 1.º. Vogal efetivo
- Membro do júri, para o concurso Assistente Operacional – Coveiro, 27-01-09, D.R. N.º 98, 1.º. Vogal efetivo
- Membro do júri, para o concurso Técnica. Superior - Arquitetura Paisagista, 30-03-09, D.R. N.º 98, 1.º. Vogal efetivo

2008

- Membro do júri, para o concurso de Jardineiro, 30-06-08, Diário do Sul, 1.º. Vogal efetivo
- Membro do júri, para o concurso de Coveiro, 30-06-08, Diário do Sul, 1.º. Vogal efetivo

2007

- Membro do júri, para o concurso de Jardineiro principal, 08-02-07, D. R. n.º. 66, 1.º. Vogal suplente
- Membro do júri, para o concurso de Encarregado, 02-10-07, D.R. n.º 215 2.º. Vogal Suplente,
- Membro do júri, para o concurso de Médico Veterinário 1ª. Classe, 05-12-07, Placards C.M.E., 1.º. Vogal suplente
- Membro do júri, para o concurso de Jardineiro Principal, 27-12-07, D.R. n.º. 41, 1.º. Vogal efetivo

2005

- Membro do júri, para o concurso de Jardineiro, 07-07-05, Diário do Sul, 2º. Vogal efetivo
- Membro do júri, para o concurso de Encarregado de Cemitério, 07-09-05, D.R. N.º 216, 2º. Vogal Suplente
- Membro do júri, do concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do nº 1 do art. 130 do D.L. 59/99, de 02 de Março, para execução da empreitada “Arranjo do Largo 1º de Maio – S. Brás do Regedouro” – 30 de Setembro de 2005.

2004

- Membro do júri, para o concurso de Técnico Superior de 2ª. Classe (Ambiente), 13-07-04 Diário do Sul, 1º. Vogal suplente
- Membro do júri, para o concurso de Jardineiro principal, 30-07-04, Placards C.M.E., 1º. Vogal suplente
- Membro do júri, para o concurso de Arquiteto Paisagista de 1ª classe, 19-10-04, Placards C.M.E., 2º. Vogal Suplente

5.2 – Câmara Municipal de Lisboa

- Representante da D.P.E.V. na Comissão Permanente de Licenciamento de Obras e Operações de Loteamento.
- Membro da Comissão de Acompanhamento de Parques de Estacionamento Subterrâneo, em representação do Departamento de Estrutura Verde, por despacho dos Senhores Vereadores Rui Godinho e Machado Rodrigues de 26 de Agosto de 1997.
- Coordenação e acompanhamento de estágio curricular de Maria José Miranda – DPEV/DEP.
- Coordenação e acompanhamento de estágio curricular de Alexandra Curado – DPEV/DEP.
- Substituição eventual do Chefe de Divisão – Arq. João Rocha e Castro.
- Substituição eventual do Chefe de Divisão – Eng. Fernando Louro Alves.

6 - Tarefas de Coordenação e Representações

2003-99 – Conceção (Estudo Prévio e demais Estudos) e Coordenação do Projeto de Execução - "**Quinta das Conchas e dos Lilazes - Parque de Recreio**".

2003-99 - Coordenação das Intervenções a efetuar na Área da Quinta das Conchas e dos Lilazes e sua articulação com as Intervenções da COPRAD/SGAL.

1996 – **Apoio a atividades de Sensibilização ambiental.**

Monitora do Curso de Sensibilização Ambiental, integrado no programa de Ocupação dos Tempos Livres, promovido pela Junta de Freguesia do Lumiar, subordinado ao tema – A Árvore.

7 - Cursos de Formação Profissional

2011 – “A Inteligência Emocional” (21h), dezembro, CIMAC - Évora

2011 – Curso de Gestão Pública na Administração Local – GEBAL, (212h), nível V de formação, Junho 2010 – abril 2011, Fundação CEFA – Coimbra e Évora. Nota final 15V.

2010 – Ação de formação ”SGQ-CME e suas Ferramentas Informáticas de Suporte” DOGI/CME (7h), setembro, Évora.

2010 – “SIADAP: 2ª Geração” (14), maio – CIMAC - Évora

2009 - Curso de formação tecnológica (código – 5186) “Segurança e Saúde no Trabalho” – (), janeiro, ECC – Évora.

2009 – Curso de “Gestão Urbanística – Casos Práticos” (21h), AME – Évora

2007 - Curso de Formação Profissional “**Integração da Componente Ambiental em Planos e Projetos Urbanísticos**”, (35h), maio, AMDE - Évora.

2007 - Curso de Formação Profissional “Normas Técnicas de Acessibilidade”, (7h), maio, AMDE – Évora.

2007 - Ação de Formação sobre “**Segurança nos Espaços de Jogo e Recreio**”, (16h), abril, IDP – Palmela.

2006 - Curso de formação profissional “**Ordenamento do Território e Gestão Urbanística**” (42h), maio, AMDE – CM Évora.

2006 - Curso de formação interna sobre “**Quais os procedimentos legais que devem ser adotados face ao valor da despesa a realizar, quer no âmbito das empreitadas quer no âmbito das aquisições de bens e serviços, em que as condições e a legislação aplicável permitem o ajuste direto independentemente do valor e a realização de trabalhos a mais**” (6h), maio, DAJN e DGPM / CM Évora.

2005 - Ação de Formação sobre “**Qualidade e Segurança nos espaços de Jogo e recreio**” (16h), junho, IDP – Barreiro.

2003 - Curso “**Projetar Redes de Rega**” (45h) DF/CM Lisboa.

2002 - Curso “**Projeto de Redes de Rega em Espaços Verdes**” (24h) Irrimac/Toro – CM Lisboa.

2002 - Curso “**Power Point**” (16h) DF/CM Lisboa.

2001 - Curso “**AutoCAD 2000i 3D**” (44h), FLAG – CM Lisboa.

2001 - Curso “**Relvados**”, ISA/C.M .Lisboa.

2000 - Curso “**Técnicas de Apresentação Oral**” (30h) DF/CM Lisboa.

1999 - Curso “**AutoCad 14 - Nível 2**”, (40h) ICL Portugal – CM Lisboa.

1998 - Curso “**Gestão de Projetos**”, (30h) AIP/COPRAI – CM Lisboa.

1998 - Curso “**Redação em Língua Portuguesa**”, (60h) SGCE – CM Lisboa.

1998 - ação “**Acessibilidade e Mobilidade / Aplicação do Decreto - Lei 123/97**”, (4.30h) Comissão Cidade – Aberta, CM Lisboa.

1997 - Curso de “**Access 2.0 Niv 1**”, (28h) SIGHT – CM Lisboa.

1997 - Curso “**Word 6.0 Niv 1**”, (24h) SIGHT – CM Lisboa.

1997 - Curso “**Dimensionamento de redes de Drenagem**” (45h) DMAGGRH / DGRH / Div. de Formação, CM Lisboa.

1996 - Curso “**Dimensionamento de Redes de Rega por Aspersão**” (45h) DMAGGRH / DGRH / Div. de Formação, CM Lisboa.

1995 - Curso de “**Autocad Básico**”, (30) SIGHT – CM Lisboa.

1995 - Frequência do curso de pós-graduação “**Reabilitação Urbana e Requalificação Ambiental**” ISCTE, Lisboa.

1983 - Curso de “**Desenho de Máquinas**” , pela Escola de Formação Profissional nº 1 de Xabregas, Lisboa.

8 - Seminários e Congressos

2011 – Seminário 33/2011 Évora: Cidades Mais Inteligentes – prosperidade Renovável, Construção Sustentável, 29 de nov, Évora. (2h)

2011 – Conferencia “Biodiversidade em Ambiente Urbano” 23 Nov., organização: CML, Lisboa E-Nova – Agencia Municipal de Energia – Ambiente de Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa. (5h)

2011 – Seminário Internacional sobre o “Escaravelho das Palmeiras” – 7 e 8 de abril, Setúbal.

2010 – Conferência – Resíduos Orgânicos: Metas, Desafios e Soluções, 6 de maio, Castro Verde.

2009 – 6º Congresso Ibero-americano de Parques e Jardins Públicos “**A Sustentabilidade dos Espaços Verdes Urbanos**”, 24, 25 e 26 de Junho, Póvoa do Lanhoso.

2007 – Seminário “**Estrutura Ecológica da Paisagem – Instrumento de Ordenamento do Território**”, 18 de Junho, Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral”, ISA – Lisboa.

2006 – Colóquio Internacional – **Évora 20 Anos Depois**, 23 de novembro, CCDRA, Évora.

2006 – 3º Congresso “**Espaços de Jogo e Recreio**” Faculdade de Motricidade Humana”, 22, 23 e 24 de junho de 2006.

2006 – 5ª UrbaVerde, Feira dos Profissionais do Mercado das Cidades subordinado aos temas “**Projetos e tendências da arquitetura Paisagista**” (6 horas) e “**Planeamento e Gestão de Áreas Verdes**” (6 horas). 2 e 3 de Fevereiro 2006, Parque das Nações, Lisboa.

2005 – ação de Sensibilização “**Mobilidade, Acessibilidade e Cidadania**”, CME – Évora.

2005 – 4ª Conferência Regional do Secretariado da Europa do Sul e Mediterrâneo da OCPM – Évora.

2002 – Fedenatur Jornada Técnica – CM Lisboa.

2001 – II Biennal Europea de Paisage – “**Jardins Insurgents**” – Barcelona.

2001 – Seminário – “**Jardins de Hoje**” – ISA/CML, Lisboa

1998 - Seminário Europeu - “ **A Cidade e as Pessoas com Deficiência** “, - participação no grupo de trabalho - “acessibilidade, transportes e políticas de construção urbana” - Lisboa.

1998 - 1º Congresso Nacional de Arquitetura Paisagista - “**A Construção e o Ordenamento da Paisagem**” - Lisboa.

1998 - Conferência “**Desertificação - Ligar a Ciência à Ação** “, Fund. Luso-Americana, Lisboa.

1997 - II Colóquio Temático “**Lisboa Ribeirinha**”, CM Lisboa.

1997 - Encontro de Técnicos e Chefias da DMAEV, Teatro Taborda, Lisboa.

1996 – Seminário “**A Árvore Ornamental – Sua Gestão e Manutenção**”, Parque do Monteiro–Mor, Lisboa.

1994 - III Encontro de Técnicos da CM Lisboa, Lisboa 94 - Teatro Maria Matos, Lisboa.

1994 - Encontro sobre “**A Revitalização e Reabilitação da Baixa Pombalina**” - Ordem dos Engenheiros e CM Lisboa.

1994 - “Cidade Aberta – Construir sem Barreiras”, colóquio promovido pelo Dep. de Ação Social, Padrão dos Descobrimentos, Lisboa.

1992 - I Primeiro Encontro Internacional sobre “Espaços Verdes Urbanos”, CM Lisboa.

1990 - V Encontro Nacional de Arquitetos Paisagistas, Pedras d’El Rei, Tavira.

1989 - IV Encontro Nacional de Arquitetos Paisagistas, CCRN, Porto.

1989 - I Encontro Internacional sobre o Rio Guadiana, Mértola

1988 - III Encontro Nacional de Arquitetos Paisagistas, Universidade de Évora.

1988 - Primeiras Jornadas sobre a Problemática da Desertificação do Alentejo, Évora.

1987 - I Congresso Nacional de Áreas Protegidas, Lisboa.

9 - Experiência como Profissional Liberal

9.1 – Atelier “Luis Cabral”

1991 - GNR - Construção de Novas Instalações no Fogueteiro - Arranjo Paisagístico; Anteprojecto.

Coordenação Geral GESTÉCNICA.

- Piscina Municipal de Lamego - Parque da cidade, CM Lamego. Projeto de execução.

1990 - Parque de Camarate; CM Loures; Projeto de Execução.

- Concurso Público para o arranjo do **largo da Rosa, na Mouraria**; CM Lisboa; Estudo Prévio.

Primeiro Classificado.

- Concurso de Ideias para a **Quinta Patinõ em Alcoitão**.

coordenação geral RISCO.

- Ordenamento Paisagístico da **Quinta** do Sr. José Dominguez Alvarez em Vendas Novas; Estudo Prévio.

- **Plano Director Municipal de Faro.**

colaboração com a RISCO.

- Projeto de Espaços Exteriores do **Pátio Bagatela** em Lisboa.

- Arranjos Exteriores das Instalações do Ministério da Defesa Nacional no **Palácio da Cova da Mora** em Lisboa; coordenação Arq. António Latino Tavares; Projeto de execução.

- Concurso para o Arranjo das **Margens do Rio Lis**, CM Leiria, 1º classificado.

- Projeto de Arranjo das **Margens do Rio Lis**, 1º Fase e Projeto de Execução.

- Espaços Exteriores ao **Edifício de Habitação Coletiva**, Estrada do Poço do Lumiar, Lisboa; COOCICLO - Cooperativa de Habitação e Construção, CRL., Projeto de Execução.

- Concurso Limitado para Execução do Projeto das Infraestruturas e Arranjos Exteriores para o **“Campus” do Instituto Politécnico de Santarém**. Coordenação Geral Arq. Maria João Botelho. Não classificado.

- Concurso para o Arranjo de seis **Espaços Públicos na Vila da Vidigueira**. Coordenação Geral PLANARQ. Não classificado.

- **Igreja e Centro Paroquial da horta dos Alamos**, Évora. Fábrica da Igreja de Évora. Projeto de Execução. Coordenação Geral CANON.

1989

- Reformulação de Áreas plantadas do **Hotel Ritz**, Lisboa.

- Plano Geral de Aproveitamento e Valorização da **Zona Fluvial Marítima do Rio Guadiana**, RISCO, Estudos Prévios.

- Espaços Exteriores da **Quinta da Alorna**, Almeirim; Projeto de Execução.

- **G.N.R. - Construção de novas instalações no Fogueteiro** - Arranjo Paisagístico; Estudo Prévio; coordenação geral GESTÉCNICA; equipa vencedora.

- Estudo Prévio de Caracterização e Regulamentação Paisagística da **Área Charneca - Vale Figueira - Vale Rosal**; CM Almada.

- Ordenamento Paisagístico da **Quinta** do Sr. Nunes Carvalho em Benavente; Projeto de Execução.

9.2 – A Título Individual

2001 – Bairro de S Miguel das Encostas – Sassoeiros – **Parque Urbano**, CCM Cascais.

2000 – **Bairro Nascente do Cabo** - Vialonga – Estudo dos Espaços Exteriores, CM VF Xira.

– **2ª Circular de Cascais** - Projeto de Arquitetura Paisagista CM Cascais.

- Espaços Exteriores da **Moradia** do Sr. José Escoval – Agarrocha - Barrancos.

1999 – Projeto de Execução dos Espaços Exteriores – **Lote 370 – Soltroia** – Grândola.

Co-autoria com o Arq. Carlos Pissaro.

1998 – Projeto de Execução do **Pátio Exterior à Habitação** da S^a Eng. Maria d’Arcellis Botelho Varela, Lisboa.

1992-91 -**Plano Director Municipal de Seia**, colaboração com a ARQ.

- **Plano Director Municipal de Miranda do Douro**, colaboração com PLURAL e PROJECTOPLANO.

- **Plano Director Municipal de Vinhais**, colaboração com PLURAL e PROJECTOPLANO:

Teresa Cordeiro
Évora, julho de 2013